

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONSOLIDADAS  
EM IFRS



**BANESTES**  
crescemos juntos

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2023

---

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2023, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### 1. CONTEXTO ECONÔMICO

No primeiro trimestre de 2023, as perspectivas de crescimento de importantes economias no mundo melhoraram em relação ao que se esperava no fim de 2022. No entanto, a quebra de bancos regionais nos Estados Unidos, seguida de dificuldades em bancos europeus, acendeu um alerta. O problema foi contornado e não impediu os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa de continuarem subindo suas taxas básicas de juros.

Na economia doméstica, há previsão de avanço de 1,2% no PIB neste primeiro trimestre de 2023. Num cenário ainda caracterizado pelo arrefecimento da atividade econômica, grande parte desse resultado é explicada pelo ótimo desempenho do PIB agropecuário nos primeiros três meses do ano.

Projeta-se uma continuidade na acomodação da atividade econômica. Desde o último trimestre de 2022, o comportamento dos indicadores setoriais no Brasil indica desaceleração bastante disseminada da atividade econômica, quadro que se manteve nos primeiros meses de 2023, caracterizado pelo aumento dos níveis de incerteza. O setor de serviços deve sofrer recuo na margem (-0,6%), embora volte a contar com a contribuição positiva do segmento “serviços prestados às famílias”, que deverá crescer 1,0%. Para o comércio, há expectativa de avanço tanto para as vendas no conceito ampliado, quanto no restrito, com altas de 0,5% e 2,0% na margem, respectivamente. Apesar da piora na condição financeira das famílias, a trajetória ainda positiva dos rendimentos e da massa salarial devem exercer algum efeito benéfico no consumo, particularmente nos bens menos dependentes de crédito.

O cenário considera que, neste ano, haja melhora na ancoragem das expectativas inflacionárias com a introdução do novo arcabouço fiscal e uma resolução do debate que se estabeleceu sobre as metas de inflação. As projeções do mercado indicam que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre 2023 em 5,6%. Outros fatores que indicam um cenário mais positivo ao longo do ano são a perspectiva de começo da flexibilização da política monetária, os investimentos previamente programados para 2023 e alguma resiliência no mercado de trabalho, em virtude de sua dinâmica com defasagens.

### 2. DESTAQUES DO PERÍODO

Mantendo o cliente no centro da sua estratégia, o BANESTES encerrou o primeiro trimestre de 2023 ainda mais forte enquanto Instituição e certo de seu papel perante a sociedade capixaba. Nosso Banco mantém sólido o compromisso com a sustentabilidade empresarial por meio de bases indispensáveis ao mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Ao longo dos anos cumpre sua função econômica e social e continuará sempre apoiando os clientes e a sociedade como um todo, com a oferta de soluções financeiras de diferentes características, crédito a baixo custo, serviços, soluções, atendimento e parcerias. Afinal, o BANESTES é o banco dos capixabas e, por isso, “Crescemos Juntos”.

- ✓ Lucro Líquido de R\$ 45 milhões (-42,2% em 12 meses e -48,7% em 3 meses), correspondendo a R\$ 0,14 por ação. O faturamento<sup>1</sup> somou R\$ 1,3 bilhão, expandindo 23,1% com relação ao primeiro trimestre de 2022 e -3,6% contra o quarto trimestre de 2022, decorrente principalmente da elevação das receitas nas operações de tesouraria (+28,8% em 12 meses e -4,3% em 3 meses), em que estrategicamente foram reduzidas as receitas de caixa e equivalentes (-44,8% em 12 meses e -48,6% em 3 meses) e de crédito a instituições financeiras (-14,1% em 12 meses e -11,1% em 3 meses), migrando-as adicionalmente as receitas de títulos de investimento (+81,0% em 12 meses e +16,4% em 3 meses), em suma, reflexos diretos do patamar dos juros/Selic e do movimento de recursos de liquidez diária para posicionamento em instrumentos de dívida e patrimônio (+41,5% em 12 meses e +3,4% em 3 meses). Sob o efeito dos mesmos fatores (Selic e expansão da carteira em 24,8% em 12 meses e 4,4% em 3 meses), as receitas com empréstimos e recebíveis cresceram (+32,4% em 12 meses e +2,9% em 3 meses). A contraponto, os custos com *impairment* subiram 112,0% em doze meses e +807,8% em três meses, puxados de forma sistêmica pelas provisões de origem dado o crescimento do estoque de crédito, pelas projeções futuras do índice de preços – IPCA e do juros/Selic e pelo estoque de crédito em atraso (+92,2% em 12 meses e +44,1% em 3 meses) dado o cenário local de baixa atividade econômica impactando diretamente a liquidez/caixa das empresas; e a inflação corroendo o poder aquisitivo das pessoas físicas. Outros itens que impactaram o resultado foram: i) o menor resultado com serviços e comissões (-20,6% em 12 meses e -12,5% em 3 meses); ii) expansão do resultado de seguros e previdência (+2,4% em 12 meses e -4,6% em 3 meses); iii) aumento dos custos administrativos - pessoal e outras despesas administrativas - após a exclusão dos custos com participação estatutária no lucro (+14,8% em 12 meses e -0,2% em 3 meses); e iv) reversão de provisões fiscais de R\$ 16 milhões gerando um resultado de contingências cíveis, trabalhistas e fiscais positivo de R\$ 2 milhões. Em suma, a eficiência operacional<sup>2</sup> no período foi de 47,5% e a eficiência operacional ajustada ao risco<sup>3</sup> atingiu 68,6%;
- ✓ O patrimônio líquido registrado no primeiro trimestre de 2023 foi de R\$ 2,0 bilhões, 5,7% superior ao mesmo período de 2022 e +0,5% maior que a posição do quarto trimestre de 2022. O índice de Basileia alcançou 14,8% composto integralmente de capital nível I. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido anualizado (ROE)<sup>4</sup> foi de 16,1% e o retorno sobre o ativo anualizado (ROA)<sup>5</sup> foi de 0,9%. A reserva de lucro (R\$ 403 milhões) expandiu 66,2% na comparação com o primeiro trimestre de 2022 e estável contra o quarto trimestre de 2022. Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre capital o montante de R\$ 21 milhões;
- ✓ Os ativos no primeiro trimestre de 2023 atingiram R\$ 37,1 bilhões, crescentes 1,7% contra o primeiro trimestre de 2022 e 1,0% contra o quarto trimestre de 2022. Houve elevação da posição financeira dos recursos totais em instrumentos de dívidas e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (+38,9% em 12 meses e +3,0% em 3 meses). O caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 3,1 bilhões (-34,4% em 12 meses e -31,4% em 3 meses) migrando recursos para instrumentos de dívidas em face de potenciais oportunidades de mercado. Os recursos em empréstimos e recebíveis permaneceram com forte avanço (+25,0% em 12 meses e +3,3% em 3 meses), reflexos dos esforços de vendas na captura das demandas proporcionadas pela branda retomada da economia local, principalmente no setor de varejo e de serviços. Importante frisar que, o BANESTES manteve a máxima atenção e direcionou estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, buscando a maior qualidade das garantias adquiridas nas novas concessões e o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e recuperação de créditos em prejuízo;

<sup>1</sup> Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

<sup>2</sup> Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

<sup>3</sup> Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

<sup>4</sup> Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2023 e março de 2022.

<sup>5</sup> Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de março de 2023 e março de 2022.

- ✓ A carteira de crédito a clientes<sup>6</sup> registrou o saldo de R\$ 8,3 bilhões avanços de 24,8% contra o primeiro trimestre de 2022 e 4,4% contra o quarto trimestre de 2022. O segmento pessoa física totalizou R\$ 5,6 bilhões (+31,0% em 12 meses e +8,1% em 3 meses); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 2,7 bilhões (+13,9% em 12 meses e -2,5% em 3 meses). Da carteira de clientes corporativos, 71,9% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 28,1% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades de crédito comercial (+8,5% em 12 meses e -3,6% em 3 meses), crédito imobiliário (+61,8% em 12 meses e +14,7% em 3 meses), crédito à pessoa física (+20,6% em 12 meses e +4,7% em 3 meses) e o crédito rural (+104,4% em 12 meses e +13,9% em 3 meses). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada<sup>7</sup>, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 11,9 bilhões (+17,1% em 12 meses e +0,8% em 3 meses) mantendo o crescimento expressivo registrado nos últimos anos. O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 465 milhões (+22,8% em 12 meses e +25,1% em 3 meses), puxado pelo *impairment* para crédito comercial, imobiliário e a pessoa física;
- ✓ O índice de inadimplência (>90 dias) comercial encerrou o trimestre em 2,8% e no conceito ampliado em 2,0%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física atingiram 1,8%, enquanto, no segmento da pessoa jurídica fechou com 5,0%. Em suma, a inadimplência comercial aumentou 1,0 p.p. em doze meses; sendo praticamente estável para pessoa física e com forte avanço para pessoa jurídica (+3,2 p.p.). A classificação por níveis de risco de crédito se posicionou em março de 2023 da seguinte forma: 70,3% classificadas nos níveis de risco AA e A, 23,7% entre os níveis de risco B e C, 3,4% entre D e G e 2,6% no nível de risco H. O resultado com perdas com *impairment* de ativos financeiros somou R\$ 125 milhões, elevando-se consideravelmente em 112,0% contra o mesmo trimestre de 2022, puxado de forma sistêmica pelas provisões de origem diante a elevação do estoque de crédito, pelas projeções futuras do índice de preços – IPCA e do juros/Selic e pelo estoque de crédito em atraso (+92,2% em 12 meses e +44,1% em 3 meses) dado o cenário local de baixa atividade econômica e renda corroída pela inflação. Consoante com sua estratégia e atento a esse novo cenário de inadimplência, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default* frente à nova realidade;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 21,1 bilhões no trimestre, crescentes 9,8% contra o mesmo período de 2022 e 4,6% contra o quarto trimestre de 2022. Os recursos de depósitos a prazo avançaram (+17,2% em 12 meses e +8,0% em 3 meses), em contrapartida, as modalidades de depósitos à vista e de poupança recuaram contra o mesmo período de 2022 respectivamente em 18,8% e 3,0%. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 566 milhões avançando 99,8% em doze meses e +35,6% em 3 meses. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 11,8 bilhões recuando sua posição em 13,0% em doze meses e -5,9% em três meses, decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 938 mil contas correntes (-1,1% em 12 meses) e 639 mil contas de poupança (+1,9% em 12 meses), relacionando-se com mais de 1.326 mil clientes (+0,3% em 12 meses), a sua maioria, 1.252 mil foram pessoas físicas (+0,2% em 12 meses) e 74 mil pessoas jurídicas (+2,9% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 6,9 bilhões recuando 5,0% em doze meses e 12,1% em três meses, especificamente influenciado pela estratégia institucional de migração de recursos para a modalidade de depósitos a prazo;
- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse período o montante de R\$ 192 milhões, aumentando 14,3% contra o mesmo período de 2022, função direta e indiretamente dos impactos e efeitos da inflação acumulada no período, aliado a impactos do reajuste salarial, da reposição e contratação de novos colaboradores e a elevação de custos com projetos relacionados à tecnologia da informação – projeto ERP, novo sistema de crédito, programa 4.966/21, cartões e atendimento a clientes, bem como, de custos da operação bancária principalmente com desenvolvimento e manutenção de sistemas, eventos patrocinados, assessorias técnicas, *contact center*, comissões ligadas a operação de financiamentos imobiliários e processamento de cartões de crédito. Importante frisar que o BANESTES mantém ações aplicadas a racionalização de custos, priorizando a qualidade dos serviços prestados, sempre focado na melhor experiência do cliente. O índice de cobertura geral<sup>8</sup> do período atingiu 44,2%;

<sup>6</sup> Refere-se a posição financeira bruta de empréstimos e recebíveis.

<sup>7</sup> Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FIDCs – fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

<sup>8</sup> Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

- ✓ O resultado de serviços recuou 20,6% contra o primeiro trimestre de 2022 e -12,5% contra o trimestre anterior, em que as receitas de serviços somaram R\$ 85 milhões praticamente estáveis (+0,4%) em doze meses e -5,1% em 3 meses; motivado pela operação de conta corrente/poupança, cartões de crédito/débito, corretagens de seguros e transferência de fundos e recursos. Com relação as despesas de serviços, atingiram R\$ 38 milhões com forte elevação (+48,8% em 12 meses e +5,8% em 3 meses); puxados pelos custos da operações com cartões, dos serviços do sistema financeiro, de comercialização de seguros e previdência, e de corretagem de seguros. Os canais digitais (*Internet Banking e Mobile*) foram responsáveis por 13 milhões de transações financeiras no primeiro trimestre de 2023, crescimento de 27,7% na comparação com o mesmo período de 2022. Ainda no âmbito da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no Aplicativo BANESTES somaram mais de 31 milhões de transações, crescimento de 11,2% na mesma comparação. Importante mencionar que, o BANESTES deu continuidade às ações relacionadas à expansão dos serviços digitais que melhoram a experiência e facilitam o dia a dia dos clientes, permitindo a realização de negócios sem a necessidade da presença física, otimizando tempo, e, conseqüentemente, a redução das despesas operacionais. Nesse sentido, destaca-se o Sistema de Aprovações Digitais com mais de 67 mil atendimentos no primeiro trimestre de 2023, um incremento de 10,5% em comparação com o mesmo período de 2022, bem como, a continuidade do piloto do novo Aplicativo BANESTES, que por meio de evolução tecnológica pretende viabilizar a disponibilização de mais produtos e serviços aos correntistas;
- ✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no primeiro trimestre de 2023 chegou a R\$ 83 milhões. Desse montante, R\$ 62 milhões foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 21 milhões referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos (+13,1% em 12 meses);
- ✓ A Nota de Rating em Escala Nacional (moeda local) para risco de crédito medida pela Fitch Ratings manteve-se em AA-(bra), com perspectiva estável, refletindo a visão positiva da agência de classificação de risco frente ao perfil financeiro e econômico do BANESTES; via de regra, sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez; os quais, representam capacidade suficiente para absorver os choques potenciais de um cenário econômico mais adverso.

### 3. GESTÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES desenvolve em sua cultura organizacional os conceitos de *Environmental, Social and Governance* (Governança Ambiental, Social e Corporativa - ESG, na sigla em inglês), incorporando visões conectadas com os anseios dos *stakeholders* e da sociedade. A sustentabilidade está incorporada na nossa estratégia que tem por premissas a geração de valor, a transparência, a governança corporativa e a responsabilidade social, ambiental e climática. Em 2022, aderimos ao Pacto Global das Nações Unidas, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com participação de empresas e organizações de 160 países. O Pacto Global visa alinhar as estratégias e as operações das empresas a Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, de modo que elas desenvolvam ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. A adesão ao Pacto Global reafirma esse compromisso do BANESTES de ser referência em práticas ESG, e evidencia seus esforços para o alcance da excelência desejada na adoção e na promoção de ações sustentáveis.

Em relação à Gestão de Recursos Humanos do SFB – Sistema Financeiro BANESTES, continuamos atuando fortemente na promoção do Pilar Social consolidando as práticas do ESG como um dos eixos da Cultura Organizacional. Permanecemos focados em fomentar a cultura do bem-estar, promovendo ações de impacto na saúde física e emocional dos colaboradores.

Para reconhecer o capital humano da Instituição, continuamos aplicando a ferramenta de Gestão de Desempenho por Competências, mantendo nosso compromisso com a melhoria contínua e com as melhores práticas de mercado. Aliadas à gestão da performance estão as ações de aprendizagem.

Com a parceria do BANESTES com a Alura, prosseguimos com a oferta de 150 licenças variáveis mensalmente, proporcionando a oportunidade de acesso completo à plataforma da Alura, que conta com um portfólio de mais de 1.350 cursos de tecnologia, *design*, negócios digitais, inovação e gestão, permitindo que cada colaborador seja protagonista do seu desenvolvimento; num plano de educação contínuo, alinhado aos desafios do setor bancário e financeiro, altamente competitivo. Com isso, o Banco dá mais um passo importante na direção da mudança na cultura de aprendizagem no SFB e na construção e consolidação dos pilares da educação corporativa em nossa Instituição. Somamos, nos três primeiros meses do ano, 371 inscrições, com 515 cursos concluídos no período. Ao todo, no primeiro trimestre de 2023, contabilizamos 27 turmas de treinamentos ou eventos institucionais, na modalidade online síncrona, sendo registradas 4.045 participações.

No que tange às capacitações com realização obrigatória, considerando as exigências dos órgãos reguladores e o compromisso do BANESTES em qualificar continuamente seus colaboradores, seguimos ofertando o curso preparatório para capacitações para os profissionais que atuam na distribuição de produtos de investimento e gestão de recursos próprios e de terceiros. Atualmente, o BANESTES possui 845 empregados certificados, totalizando 545 certificados na CPA-10, 373 na CPA-20, 48 na CEA, 11 na CFG, 11 na CGA e 11 na CGE.

A renovação do quadro de pessoal continuou avançando com a admissão de novos colaboradores, com foco principal nos profissionais de tecnologia. Para os outros cargos, foi aberto Concurso Público em 2022, com previsão de novas contratações ao longo deste ano.

A Instituição ampliou sua atuação com carteiras de crédito específicas para o apoio às atividades produtivas, como linhas de crédito rural e microcrédito, instrumentos geradores de cidadania financeira. No apoio ao produtor rural capixaba, ampliou em 180,0% o volume de concessões na safra de 2022/2023 comparado ao mesmo período da safra de 2021/2022, atendendo produtores da agricultura familiar e demais portes, promovendo desenvolvimento local com responsabilidade socioambiental. Continuamos apoiando também, as micro e pequenas empresas do Espírito Santo, concedendo no primeiro trimestre de 2023, R\$ 13 milhões em microcrédito, sendo que, quase R\$ 5 milhões deste montante, foram destinados especificamente às mulheres empreendedoras capixabas por meio das linhas "Microcrédito JUNTAS". Em março de 2023 a carteira ativa de microcrédito era de R\$ 102 milhões.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos socioambientais. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente. O SFB busca se adequar aos novos normativos de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e, conforme a Resolução nº 4.943/21 e demais normativos vigentes quanto ao tema. Nesse sentido, implantamos um sistema que permite classificar o nível de risco social, ambiental e climático dos clientes do BANESTES, permitindo que as operações de crédito passem a usar essa informação como mitigador de risco, tomadas de decisão dos valores de crédito a conceder e preservação do meio ambiente. Para a construção desse sistema, foi contratado um bureau que fornece informações de risco social, ambiental e climático, o que permite desenvolver modelos de análise e classificação desses riscos dos clientes. Além disso, contratamos uma consultoria especializada que desenvolveu modelos de análise de risco social, ambiental e climático, visando a sistematização e transmissão do conhecimento da mensuração desses riscos.

No primeiro trimestre de 2023, o BANESTES realizou campanhas de divulgação dos produtos "Crédito Consignado" e do feirão "Zera Dívida", que está sendo difundido de forma regionalizada. A TV, o rádio e as mídias externas, *internet* e redes sociais foram usados para difundir e estimular a adesão aos produtos BANESTES.

Nas redes sociais do BANESTES, seguiram os investimentos em *posts* patrocinados que tratam de finanças, em forma de educação financeira, de créditos, e de outros produtos e serviços disponíveis para os correntistas no Estado, como crédito rural, imobiliário, dentre outros.

O BANESTES segue também com investimentos sociais, culturais, desportivos e artísticos no Espírito Santo. De janeiro e março, foram aprovados os patrocínios ao Campeonato Estadual de Futebol, Campeonato Brasileiro Série D e Copa do Brasil, ao Carnaval de Vitória, ao Programa de Assistência Dermatológica e Cirúrgica da UFES e ao 29º Festival de Cinema de Vitória. Ainda, à série de Concertos 2023 da Orquestra Filarmônica de Mulheres do Espírito Santo, ao Programa de Atendimento ao Paciente com Câncer de Bexiga da UFES, ao projeto Social Creche da Alegria, ao Carnaval de Congo de Roda D'água, aos Amigos da Jubarte, ao Festival do Boi Pintadinho de Muqui e à Festa de Emancipação Política de Aracruz.

Em março, o BANESTES realizou ainda, o Encontro de Gigantes, evento motivacional para os colaboradores do Banco, com música, arte, e uma parte reservada à apresentação de resultados e de metas e desafios para o ano de 2023. Em paralelo, apresentou à imprensa e à sociedade capixaba a nova parceria com a Zurich, seguradora mundial que agora também oferta produtos por meio da rede de agências do BANESTES em todo o estado.

No primeiro trimestre de 2023, destinamos R\$ 19 milhões ao acionista controlador (Estado do Espírito Santo) sob a forma de juros sobre capital próprio, esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

No BanesHub, local onde são impulsionadas as iniciativas relativas à inovação do SFB, tivemos a realização do *Hackathon*, que proporcionou a competição de grupos a fim de idealizar e prototipar solução para engajamento dos clientes no novo banco digital (Bizi). Foram geradas excelentes ideias e, apesar de ter um vencedor, todas as ideias contribuíram para a solução. Iniciamos, também, a elaboração da proposta para um novo programa de ideias específico para as agências, com foco na melhoria de processos e promoção da eficiência, que impactará tanto no trabalho dos colaboradores quanto em benefícios para os clientes. Nesse mesmo período, lançamos internamente o site do BanesHub, ambiente em que publicamos as ações e iniciativas de inovação, bem como notícias relacionadas ao tema, colonistas internos que falam de ESG e *Open Finance*, com viés de inovação e, lançado recentemente, o Banco de Ideias, ferramenta para expor as ideias que recebemos por meio de programas de ideias, ou ideias avulsas, e que ficam disponíveis para “adoção” por todas as áreas de Instituição que desejarem colocá-las em prática.

No ecossistema de inovação capixaba, O BANESTES mantém a parceria com o Base 27 – *hub* corporativo de inovação do Espírito Santo, cujo objetivo é construir uma comunidade forte, capaz de criar um ambiente e conexão para o surgimento de soluções e práticas inovadoras, contribuindo assim para a evolução do Ecossistema de Inovação do Espírito Santo. Participamos do *Pitch* da Comunidade, promovido pelo Base27, onde as empresas mantenedoras se apresentam para a rede e como nos conectamos com elas. Estreitamos o relacionamento com a incubadora de empresas de base tecnológica - TecVitória, com objetivo de parcerias futuras. No contexto de inovação aberta, estamos participando de mais um ciclo do Programa de Empreendedorismo Industrial, de iniciativa do FindesLab, com dois desafios inscritos, foram selecionadas as *startups* que conduzirão cada desafio e estamos em processo de construção dos planos de projetos para viabilização contratual. Além disso, mantivemos nossa parceria com a Amcham - Câmara Americana de Comércio para o Brasil.

Existem, ainda, frentes de inovação focadas na inteligência de dados para extrair informações e apoiar a tomada de decisão baseada no relacionamento com o cliente para melhor conhecê-lo e fortalecer a relação com o Banco e na Transformação Digital para converter os serviços físicos em digitais. Essas ações reforçam a conexão do BANESTES com o movimento de inovação e também com o foco em

gerar produtos e serviços que objetivam melhorar a experiência dos capixabas e fazer a diferença no crescimento das pessoas que vivem no Espírito Santo. Além das iniciativas já citadas, o BANESTES deu continuidade às ações e soluções práticas já entregues e que estão relacionadas à expansão dos serviços digitais que melhoraram a experiência e facilitam o dia a dia dos clientes, permitindo a realização de negócios sem a necessidade da presença física, otimizando tempo, e, conseqüentemente, a redução das despesas operacionais. Nesse sentido, destaca-se o Sistema de Aprovações Digitais com mais de 67 mil atendimentos no primeiro trimestre de 2023, um aumento de 10,5% em comparação com o mesmo período de 2022, bem como a continuidade do piloto do novo Aplicativo BANESTES, que por meio de evolução tecnológica pretende melhorar a experiência dos clientes e viabilizar a disponibilização de mais produtos e serviços aos correntistas. Com o objetivo de melhorar a experiência dos nossos clientes, foi criada uma equipe especializada para atendimento a clientes Pessoa Jurídica na Central de Atendimento BANESTES e um número 0800 específico para Suporte Técnico para Pessoa Jurídica (0800 645 2060), corroborando com aumentar a satisfação dos nossos clientes que necessitam de suporte técnico especializado nos canais digitais.

Ainda no âmbito da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no Aplicativo BANESTES somaram mais de 31 milhões de transações, crescimento de 11,2% quando comparado com o primeiro trimestre de 2022. Analisando as transações totais, o Aplicativo BANESTES continua sendo o principal canal de transações para os clientes. Os canais digitais (*Internet Banking* e Aplicativo BANESTES) foram responsáveis por 13 milhões de transações financeiras no primeiro trimestre de 2023, crescimento de 27,7% quando comparado com o mesmo período de 2022.

De janeiro a março de 2023, foi investida em Tecnologia da Informação e Comunicação a quantia de R\$ 21 milhões, proporcionando melhorias nos serviços bancários, como a modernização de sistemas de informação, da infraestrutura de comunicação, da segurança da informação e da rede de autoatendimento. Tais investimentos visam acelerar a transformação digital no BANESTES. Os trabalhos focaram na implementação do *Open Banking*, no embandeiramento do Cartão Banescard Visa, na evolução do Pix e ampliação de prestação de serviços pelos canais digitais: *Internet Banking*, BANESTES.Corp (ferramenta voltada para cliente PJ), no Aplicativo BANESTES e Aplicativo Abre Conta BANESTES, entre outros.

Está em curso o programa de descomissionamento do mainframe, por meio do qual o SFB está migrando suas principais aplicações para plataformas mais modernas de forma a garantir a continuidade e estabilidade dos nossos sistemas que operam nossos principais negócios. A documentação técnica que subsidiará a contratação da solução para conversão de sistemas está na etapa final de elaboração.

Avançamos com o projeto Novo Sistema de Crédito. Por meio da sua implantação esperamos alcançar os seguintes benefícios:

- Melhorar a jornada de clientes e da rede de agências na contratação e operacionalização dos produtos de crédito;
- Disponibilizar, de forma ágil, novos produtos de crédito para comercialização, com alto nível de customização;
- Ampliar nosso portfólio de produtos de crédito em canais eletrônicos, bem como sua representatividade no resultado financeiro;
- Ampliar a carteira de crédito via portabilidade de operações de crédito, oferta de crédito automático para clientes da carteira digital e clientes novos que aceitar compartilhar dados via *Open Banking*; e
- Reduzir o impacto das implementações sistêmicas para se garantir *compliance*, que são cada dia mais complexas e numerosas.

Também segue em andamento, com previsão de entrada em produção ao final de 2023, o projeto de implantação de Solução de Planejamento de Recursos Empresariais (*Enterprise Resource Planning* - ERP) em nuvem, na modalidade *software* como serviço - "*SaaS*", para suportar os processos administrativos do SFB em um único sistema integrado. O ERP é um sistema de informação que interliga

os dados e processos administrativos de uma empresa em um único local, incluindo controladoria, contabilidade, fiscal, financeiro, suprimentos e patrimônio. Tal solução é essencial na manutenção e expansão dos negócios e na implementação da Resolução CMN nº 4.966 que altera significativamente a contabilidade bancária. Além disso, o uso do ERP promoverá aderência às melhores práticas de mercado, utilizando tecnologias de ponta que proporcionarão melhoria significativa de governança, garantindo assim, o cumprimento mais efetivo das regras de *compliance*, aumentando a confiabilidade do SFB perante aos órgãos reguladores e ao mercado.

Com o *slogan* “digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar”, o BANESTES manteve à disposição de seus clientes e usuários, sua extensa rede de atendimento física, estando presente em todos os 78 municípios do Estado do Espírito Santo com no mínimo uma agência instalada. Ao todo, são 814 pontos de atendimento, compostos por 151 unidades de atendimento (entre agências e postos), 294 postos de atendimento eletrônico e 369 correspondentes BANESFÁCIL.

#### **4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

O BANESTES mantém constantemente o aprimoramento de sua gestão de riscos por meio de controles que buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar riscos intrínsecos às atividades bancárias, de modo a otimizar o capital dos acionistas com a melhor relação risco/retorno. Possui uma diretoria específica de gestão de riscos e controles internos, subordinada diretamente ao diretor presidente e áreas designadas para gestão e avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), de liquidez, operacional e social, ambiental e climática, além de promover a gestão da continuidade dos negócios, da prevenção à lavagem de dinheiro, da segurança cibernética e da informação.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos, com a indicação do Diretor de Riscos e Controle como o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial (CRO - *Chief Risk Officer*).

Possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e as estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na *intranet* para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos que regulam sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento do terrorismo e combate a corrupção. Sobre o tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES.

Visando ampliar o foco na gestão do processo de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo existe uma área específica para monitoramento, análise e comunicação de operações de clientes, bem como para atuação junto às áreas gestoras no atendimento aos demais aspectos das normativas sobre o assunto.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável por avaliar os processos corporativos, objetivando o aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles e da governança

corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha, e contribuindo para a geração de valor do SFB.

Assegurando transparência ao mercado e ao público em geral, encontra-se disponível no site do BANESTES, na seção Relações com Investidores ([www.banestes.com.br/ri](http://www.banestes.com.br/ri)) o “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3”.

Atualmente, encontra-se em execução o Programa de Proteção de Dados que é um conjunto de medidas e boas práticas que estão sendo adotadas para conformidade do SFB à Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018 (LGPD), sendo que o BANESTES possui um canal oficial específico para assuntos relacionados à LGPD: [protecaodedados@banestes.com.br](mailto:protecaodedados@banestes.com.br).

## 5. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros está entre as 50 maiores seguradoras do Brasil, conforme destaque na edição 2022 do ranking anual Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico, e também de acordo com o anuário Finanças Mais – edição 2022, publicado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, no segmento vida e previdência. A Seguradora é líder no mercado capixaba de seguros, com destacada atuação nos segmentos de automóvel, pessoas e patrimonial. Seus produtos são comercializados na rede de agências do BANESTES e em parceria com mais de 380 corretoras de seguros do Estado. A Seguradora tem como meta oferecer o melhor atendimento e um amplo portfólio de produtos, sempre atenta às necessidades de seus segurados, promovendo uma proteção ainda mais completa e eficiente. Buscando a melhoria contínua dos produtos e processos, investiu na inovação e na gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em TI. Reconheceu talentos, investiu no desenvolvimento de sua liderança interna, incentivou mudanças em sua cultura organizacional, melhorou a comunicação entre as equipes e estimulou seus colaboradores ao engajamento no cumprimento das metas. Também atuou na gestão dos contratos com prestadores de serviços e na diminuição das despesas administrativas. A Seguradora inovou na criação de produtos e cresceu em produtividade, aumentando seu prêmio ganho em 56,8%. Crescimento este ocorrido em todas as carteiras, com destaque nas carteiras de automóvel e vida, com incremento de 137,4% e 15,3% respectivamente, comparados com ao primeiro trimestre de 2022. O Lucro Líquido no primeiro trimestre 2023 foi de R\$ 8,2 milhões (+82,7% sobre o primeiro trimestre de 2022), obtendo um ROE de 27,0% apurado pela relação entre o Lucro Líquido dos últimos doze meses e o Patrimônio Líquido médio registrado em 31/03/2023 e 31/03/2022. A participação da empresa no resultado do BANESTES foi de 11,6%.

A BANESTES Corretora é especializada na administração e corretagem de seguros dos diversos ramos e na intermediação de títulos de capitalização, plano odontológico, planos de previdência privada e consórcio. No primeiro trimestre de 2023, o volume de prêmios emitidos junto à BANESTES Seguros foi de R\$ 2,2 milhões para seguro de automóvel (+16,8% contra o primeiro trimestre 2022), R\$ 1,7 milhão para seguro residencial (+12,7% contra o primeiro trimestre 2022), R\$ 641 mil no seguro empresarial (+22,4% contra o primeiro trimestre 2022) e R\$ 3,2 milhões para acidentes pessoais (+17,1% contra o primeiro trimestre 2022). A carteira de seguro de vida alcançou a marca de R\$ 10,4 milhões, crescimento de 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de vendas de título de capitalização, junto a parceria com a ICATU, foi de R\$ 3,3 milhões (+41,0% contra o primeiro trimestre 2022), previdência de R\$ 1,0 milhão para planos com pagamentos mensais e R\$ 41,6 milhões para aportes e portabilidades, um crescimento de 93,7% e 4,0%, respectivamente na mesma comparação. A carteira de previdência fechou o período com valor superior a 499,0 milhões, um acréscimo de 36,2% contra o mesmo trimestre do ano anterior. No produto consórcio, em parceria com a administradora Embracon, fechamos o trimestre com R\$ 14,6 milhões em vendas, um resultado 194,1% superior ao mesmo período de 2022.

A BANESTES DTVM possui atuação profissional na gestão de ativos e na administração de recursos de terceiros nos mercados de renda fixa e de renda variável, por meio de uma equipe especializada, e um leque de produtos e serviços diferenciados, conforme o perfil dos clientes. Oportuniza investimentos em fundos de renda fixa, de crédito privado, multimercado, de ações e estruturado, como é o caso do

BANESTES Recebíveis Imobiliários, Fundo de Investimento Imobiliário negociado em bolsa de valores, sob o *ticker* “BCRI11”, que conta com a confiança de mais de 46 mil cotistas. No final do primeiro trimestre do ano, o volume total de recursos sob gestão apresentou o montante de R\$ 7,4 bilhões. O Lucro Líquido apurado, excluindo o resultado de participação em controladas, foi de R\$ 2,9 milhões, um crescimento de 26,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado representa uma participação no lucro consolidado do BANESTES de 4,1%. Considerando o consolidado da BANESTES DTVM e sua controlada, a BANESTES Corretora, o Lucro Líquido foi de R\$ 9,0 milhões no período, crescimento de 18,5% sobre o primeiro trimestre de 2022.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2023.

## **SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS**

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2023.

## **AGRADECIMENTOS**

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

---

**ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS**

<b>1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO</b>	<b>2</b>
<b>2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO</b>	<b>3</b>
<b>3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>4</b>
<b>4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5</b>
<b>5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>6</b>

## 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	2.009.830	1.162.790
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	5-7-10	569.184	627.970
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	15.399.798	14.620.626
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		15.399.798	14.620.626
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	17.815.144	19.080.436
Créditos a Instituições Financeiras		3.670.907	5.119.183
Empréstimos e Recebíveis		7.826.782	7.574.347
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		6.317.455	6.386.906
Operações de Seguros		21.114	18.753
Outros Ativos	13	525.406	520.544
Ativos Fiscais Diferidos	12	350.090	313.377
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	60.602	61.598
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	147.529	152.302
Ativos Intangíveis	16	192.728	180.261
<b>Total do Ativo</b>		<b>37.091.425</b>	<b>36.738.657</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	11.833.338	12.573.327
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	21.112.669	20.180.305
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	565.923	417.257
Passivos de Impostos Correntes		8.556	2.795
Passivos de Operações de Seguros		4.754	3.362
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência		-	-
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	15.452	14.300
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	54.439	51.290
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	10.470	8.902
Provisões	20	170.982	184.624
Outros Passivos	21	1.285.704	1.284.408
Passivos Fiscais Diferidos	12a	27.574	25.667
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	36	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(25.881)	(11.033)
Reservas de Lucros		403.433	403.453
Lucros Acumulados		24.012	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.001.564	1.992.420
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.001.564</b>	<b>1.992.420</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>37.091.425</b>	<b>36.738.657</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre	
		31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras		1.232.594	954.202
Despesas Financeiras		(912.546)	(682.825)
<b>Margem Financeira</b>	23	<b>320.048</b>	<b>271.377</b>
Receitas de Prestação de Serviços		84.963	84.658
Despesas de Prestação de Serviços		(38.013)	(25.549)
<b>Resultado de Prestação de Serviços</b>	24	<b>46.950</b>	<b>59.109</b>
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	25	(509)	(95)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes	26	-	25.858
Resultado de Seguros e Previdência	27	30.884	30.148
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial	28	62	(79)
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	29	(124.627)	(58.796)
Despesa de Pessoal	30	(115.370)	(104.123)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		5.387	2.349
Provisões	31	1.900	(13.423)
Despesas Tributárias	32	(26.109)	(24.366)
Outras Despesas Administrativas	33	(76.783)	(63.939)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	34	(4.044)	5.243
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>57.789</b>	<b>129.263</b>
Impostos Correntes	12	(35.466)	(63.432)
Impostos Diferidos	12	22.668	11.968
<b>Lucro Líquido do Trimestre</b>	35	<b>44.991</b>	<b>77.799</b>
<b>Resultado do Período Atribuível aos:</b>			
Acionistas Controladores		44.991	77.799
<b>Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)</b>		<b>315.912</b>	<b>315.912</b>
Ações Ordinárias		231.006	231.065
Ações Preferenciais		84.906	84.847
<b>Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)</b>	35	<b>0,14</b>	<b>0,25</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

### 3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2023	31/03/2022
<b>Lucro Líquido do Trimestre</b>		<b>44.991</b>	<b>77.799</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>			
	<b>10</b>	<b>(14.848)</b>	<b>7.929</b>
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes	10	(26.842)	53.563
Ganho (Perda) Transferido ao Resultado por Alienação			(25.858)
Efeito em Impostos	10	11.994	(19.776)
<b>Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos</b>		<b>(14.848)</b>	<b>7.929</b>
<b>Resultado Abrangente do Trimestre</b>		<b>30.143</b>	<b>85.728</b>
<b>Resultado Abrangente do Trimestre Atribuível aos:</b>			
Acionistas Controladores		30.143	85.728

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### 4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.600.000</b>	<b>242.722</b>	<b>(9.239)</b>	<b>-</b>	<b>1.833.483</b>
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	-	-	-	<b>(19.500)</b>	<b>(19.500)</b>
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(19.500)	(19.500)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	-	-	<b>7.929</b>	<b>77.799</b>	<b>85.728</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	77.799	77.799
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	<b>7.929</b>	-	<b>7.929</b>
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	7.929	-	7.929
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	-	-	-	<b>4.010</b>	<b>4.010</b>
Outras Movimentações	-	-	-	4.010	4.010
<b>Saldos Finais em 31 de março de 2022</b>	<b>1.600.000</b>	<b>242.722</b>	<b>(1.310)</b>	<b>62.309</b>	<b>1.903.721</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.600.000</b>	<b>403.454</b>	<b>(11.033)</b>	<b>-</b>	<b>1.992.421</b>
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	-	-	-	<b>(21.000)</b>	<b>(21.000)</b>
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(21.000)	(21.000)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	-	-	<b>(14.848)</b>	<b>44.991</b>	<b>30.143</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	44.991	44.991
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	<b>(14.848)</b>	-	<b>(14.848)</b>
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(14.848)	-	(14.848)
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	-	<b>(21)</b>	-	<b>21</b>	<b>-</b>
Constituição de Reservas	-	(21)	-	21	-
<b>Saldos Finais em 31 de março de 2023</b>	<b>1.600.000</b>	<b>403.433</b>	<b>(25.881)</b>	<b>24.012</b>	<b>2.001.564</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Notas	31/03/2023	31/03/2022
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais</b>		<b>(1.374.359)</b>	<b>1.282.833</b>
<b>Caixa Utilizado nas Operações</b>		<b>(512.251)</b>	<b>(175.360)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>44.991</b>	<b>77.799</b>
<b>Ajustes ao Lucro</b>		<b>(557.242)</b>	<b>(253.159)</b>
Depreciação e Amortização	15-16	19.101	17.033
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		124.627	47.851
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo através do Resultado		250	(1)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(480.748)	(214.326)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(216.705)	(169.136)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		1.128	880
Ajuste de Provisão -Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		(1.842)	13.213
Ajuste de Provisão - Outras		(15.851)	(137)
Despesas de Impostos Correntes		35.466	63.431
Despesas com Impostos Diferidos		(22.668)	(11.967)
<b>Varição Líquida nos Ativos e Passivos</b>		<b>(862.108)</b>	<b>1.458.193</b>
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(15.384)	(505.811)
Crédito a Instituições Financeiras – VJORA		-	(1.135)
Reservas no Banco Central		(784.593)	11.385
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		813	3.656
Empréstimos e Recebíveis		(377.390)	(295.355)
Operações de Seguros		(2.360)	(2.264)
Outros Ativos		(4.878)	(7.043)
Depósitos de Clientes		932.364	930.023
Recursos de Instituições Financeiras		(739.989)	1.306.224
Títulos de Dívida Emitidos		148.666	58.780
Impostos pagos		(41.843)	(31.965)
Passivos de Operações de Seguros		1.393	885
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência		-	(3.224)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		1.152	(1.356)
Passivos para Sinistros Ocorridos		3.149	(2.693)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		1.568	1.626
Passivo de Arrendamento		(5.921)	(7.216)
Outros Passivos e Provisões		21.145	3.676
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento</b>		<b>(6.855)</b>	<b>(2.155.402)</b>
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(887.918)	(7.147.773)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		558.606	4.956.317
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(14.961)	(77.399)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		363.216	133.911
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(5.700)	(3.429)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	6.695	4.843
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(925)	(3.265)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	76	(3.207)
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(12.556)	(17.265)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	8.636	11.485
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(22.024)	(9.856)

Baixa de Ativos Intangíveis	16	-	236
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
<b>Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento</b>		<b>(20.000)</b>	<b>(18.500)</b>
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(20.000)	(18.500)
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(1.401.214)</b>	<b>(891.069)</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.466.252	5.560.677
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	3.065.038	4.669.608

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>	<b>2</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>2</b>
<b>3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>	<b>4</b>
<b>4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS</b>	<b>17</b>
<b>5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS</b>	<b>19</b>
<b>6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS</b>	<b>28</b>
<b>7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS</b>	<b>29</b>
<b>8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>30</b>
<b>9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL</b>	<b>31</b>
<b>10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>31</b>
<b>11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS</b>	<b>34</b>
<b>12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>35</b>
<b>13. OUTROS ATIVOS</b>	<b>36</b>
<b>14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA</b>	<b>37</b>
<b>15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS</b>	<b>37</b>
<b>16. ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>38</b>
<b>17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>38</b>
<b>18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>38</b>
<b>19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>39</b>
<b>20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>39</b>
<b>21. OUTROS PASSIVOS</b>	<b>41</b>
<b>22. OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>41</b>
<b>23. MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>42</b>
<b>24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>43</b>
<b>25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO</b>	<b>43</b>
<b>26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>43</b>
<b>27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDENCIA</b>	<b>44</b>
<b>28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL</b>	<b>44</b>
<b>29. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>44</b>
<b>30. DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>44</b>
<b>31. PROVISÕES</b>	<b>45</b>
<b>32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>45</b>
<b>33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>45</b>
<b>34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>46</b>
<b>35. RESULTADO POR AÇÃO</b>	<b>46</b>
<b>36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>46</b>
<b>37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>48</b>
<b>38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS</b>	<b>48</b>
<b>39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>49</b>
<b>40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO</b>	<b>50</b>
<b>41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>51</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS****Referente ao período findo em 31 de março de 2023**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

- a. Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao período de 03 meses encerrado em 31 de março de 2023 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 10 de maio de 2023 (Nota 42).
- b. Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. Base para Consolidação**  
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/03/2023	31/12/2022
<b>Entidades Financeiras no País</b>				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100 %
<b>Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País</b>				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100 %
Fundo BANESTES VGBL(*)	Fundos	Integral	-	100 %
<b>Entidades Não Financeiras no País</b>				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%

(\*)O Fundo de Investimento BANESTES VGBL Renda Fixa foi encerrado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em 26/12/2022.

**d. Adoção de Novas Normas e Interpretações** – a partir de 01 de janeiro de 2023 as seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impacto para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro**: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento), como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para o BANESTES.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros: IFRS 17 - Contratos de Seguros**: A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

A seguir, apresentamos as reclassificações e mensurações ocorridas no período inicial de adoção da norma IFRS 17:

**Em 01 de janeiro de 2022:**

Classificação IFRS 4	Saldo em 31/12/2021 IFRS 4	Reclassificações Remensurações (Não auditado)	Saldo em 01/01/2022 IFRS 17 (Não auditado)
<b>ATIVO</b>			
Operações de Seguros	36.985	(27.773)	9.212
Outros Ativos	463.790	(12.466)	451.324
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>34.050.130</b>	<b>(40.239)</b>	<b>34.009.891</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos de Operações de Seguros	12.467	(10.464)	2.003
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	86.728	(79.868)	6.860
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-	7.697	7.697
Passivos para Sinistros Ocorridos	-	33.988	33.988
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	-	8.408	8.408
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.833.483</b>	<b>-</b>	<b>1.833.483</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>34.050.130</b>	<b>(40.239)</b>	<b>34.009.891</b>

**Em 31 de dezembro de 2022:**

Classificação	Saldo em 31/12/2022 IFRS 4	Reclassificação Remensuração (Não auditado)	Saldo em 31/12/2022 IFRS 17 (Não auditado)
<b>ATIVO</b>			
Operações de Seguros	87.875	(69.124)	18.751
Outros Ativos	544.248	(23.704)	520.544
Ativos Fiscais Diferidos	313.538	(161)	313.377
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>36.831.644</b>	<b>(92.989)</b>	<b>36.738.655</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos de Operações de Seguros	15.727	(12.365)	3.362
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	155.357	(155.357)	-
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-	14.300	14.300
Passivos para Sinistros Ocorridos	-	51.290	51.290
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	-	8.902	8.902
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.992.179</b>	<b>241</b>	<b>1.992.420</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>36.831.644</b>	<b>(92.989)</b>	<b>36.738.655</b>

**Em 31 de março de 2022:**

Classificação	Saldo em 31/03/2022 IFRS 4	Reclassificação Remensuração	Saldo em 31/03/2022 IFRS 17
Resultado de Seguros e Previdência	20.123	10.025	30.148
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>119.238</b>	<b>10.025</b>	<b>129.263</b>
Impostos Diferidos	15.978	(4.010)	11.968
<b>LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE</b>	<b>71.784</b>	<b>6.015</b>	<b>77.799</b>

**e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes**

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do BANESTES.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

**a. Transações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como "Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial".

**b. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O SFB define como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como "Receitas Financeiras".

**c. Ativos e Passivos Financeiros**

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

**c.1. Reconhecimento inicial****• Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

**• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

**• Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

**• Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

**c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

*1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativos para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

*2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo através de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 39.183 em 31 de março de 2023 (R\$ 33.943 em 31 de dezembro de 2022).

*3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e

subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

#### 4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

### **c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

### **c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

#### 1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

#### 2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

### **d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas**

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco

de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

#### **d.2. Cálculo das perdas esperadas**

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

### **d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial**

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

### **d.4. Informações prospectivas**

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

### **d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)**

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

### **e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda**

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras

Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

## f. Ativos Imobilizados

### f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

### f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

### f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2023 e 2022
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

## g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

## h. Operações de Arrendamento

### h.1 Arrendatário

#### Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

#### Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

### **Mensuração inicial**

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para a obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

### **Mensuração subsequente**

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

### **Expediente prático de reconhecimento do arrendamento**

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **h.2 Arrendador**

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

### **i. Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2023, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

### **j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos**

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

### **k. Operações de Seguros**

O SFB emite contratos a clientes contendo riscos de seguro, através da BANESTES Seguros S.A. Um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice.

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverege), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear *pro rata* dos passivos.

Esse critério foi escolhido, uma vez que o portfólio de contratos da Seguradora, é elegível para a utilização da abordagem simplificada, dado que seus contratos têm vigência inferior a um ano (salvo exceções desprezíveis que não afetariam substancialmente o valor do passivo estimado) e que a BANESTES Seguros, espera razoavelmente que tal simplificação produza uma mensuração do passivo para a cobertura remanescente que não difere materialmente, se fosse aplicar a abordagem completa.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora não ajustará o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro.

Sob a abordagem simplificada, não é necessário segregar contratos segundo sua classificação de onerosidade, exceto se houver evidências claras para tal na emissão dos contratos. Testes de onerosidade foram performados com base em dados históricos da Banestes Seguros e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – Liability for Incurred Claims) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

### **APURAÇÃO DO PASSIVO DE SINISTROS OCORRIDOS (LIC)**

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por dois componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Ajuste para o Risco Não Financeiro.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência).

#### Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - Incurred But Not Paid). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

#### Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

#### Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o tempo valor do dinheiro e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e

- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como top-down e bottom-up.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem bottom-up. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem top-down, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem top-down.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem bottom-up tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem top-down seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem bottom-up, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios.

Sob a abordagem simplificada (PAA), não é necessário segregar contratos segundo sua classificação de onerosidade, exceto se houver evidências claras para tal na emissão dos contratos. Foram efetuados testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados grupos de contratos potencialmente onerosos.

### **I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que deveriam ser divulgados.

### **m. Garantias Financeiras**

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de março de 2023, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 10 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2022).

### **n. Benefícios a Empregados**

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

**n.1.** Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

**n.2.** Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

**n.3.** Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos

empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

**n.4. Benefícios rescisórios** - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

#### **o. Receitas e Despesas de Juros**

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

#### **p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços**

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

#### **q. Impostos sobre o Lucro**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Lei n.º 14.183/2021 (conversão da MP 1.034/2021) elevou para 25% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 20% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Lei n.º 14.446/2022 (conversão da MP 1.115/2022) elevou para 21% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 16% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2023.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses

valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

#### **r. Outros Tributos**

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

- PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;
- ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

#### **s. Patrimônio Líquido**

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

##### **s.1. Custos de Emissão de Ações**

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

##### **s.2. Lucro por Ação**

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

#### **4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS**

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro

contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultados do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer

## 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

### Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

### Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria

de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

### Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/03/2023	31/12/2022
Alienação Fiduciária	321.046	309.665
Aval/ Fiança/ Caução	44.230	46.479
Cessão/ Consignação	117.882	102.543
Hipoteca/ Penhor	81.112	76.275
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	256	359
<b>Total</b>	<b>564.525</b>	<b>535.321</b>

(\*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do exercício.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/03/2023	31/12/2022
Imóveis	53.537	56.272
Veículos	7.885	6.145
Outros	14	14
<b>Subtotal</b>	<b>61.436</b>	<b>62.431</b>
Provisão p/ Desvalorização	(834)	(834)
<b>Valor Líquido</b>	<b>60.602</b>	<b>61.597</b>

**Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável**

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Instrumento de Dívida e Patrimônio</b>	<b>15.407.013</b>	-	-	<b>15.407.013</b>	<b>14.627.471</b>	-	-	<b>14.627.471</b>
Letras Fin. do Tesouro - LFT	13.478.482	-	-	13.478.482	12.301.015	-	-	12.301.015
Notas Fin. do Tesouro - NTN	190.296	-	-	190.296	401.743	-	-	401.743
Debentures	1.592.005	-	-	1.592.005	1.612.816	-	-	1.612.816
Letras Financeiras	107.047	-	-	107.047	277.954	-	-	277.954
Cotas de Fundos	39.183	-	-	39.183	33.943	-	-	33.943
<b>Total</b>	<b>15.407.013</b>	-	-	<b>15.407.013</b>	<b>14.627.471</b>	-	-	<b>14.627.471</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>	<b>3.672.234</b>	-	-	<b>3.672.234</b>	<b>5.121.199</b>	-	-	<b>5.121.199</b>
Aplicações no mercado aberto	2.825.577	-	-	2.825.577	4.289.237	-	-	4.289.237
Aplicações em depósitos interfinanceiros	846.657	-	-	846.657	831.962	-	-	831.962
<b>Instrumento de Dívida e Patrimônio</b>	<b>6.320.839</b>	-	-	<b>6.320.839</b>	<b>6.390.299</b>	-	-	<b>6.390.299</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.380.157	-	-	4.380.157	4.241.968	-	-	4.241.968
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	498.131	-	-	498.131	696.751	-	-	696.751
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	124.022	-	-	124.022	131.433	-	-	131.433
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	64.100	-	-	64.100	70.889	-	-	70.889
Debêntures	531.951	-	-	531.951	518.199	-	-	518.199
Letras financeiras	722.475	-	-	722.475	731.056	-	-	731.056
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
<b>Créditos a clientes</b>	<b>6.106.429</b>	<b>1.776.558</b>	<b>408.833</b>	<b>8.291.820</b>	<b>6.042.090</b>	<b>1.567.871</b>	<b>336.055</b>	<b>7.946.016</b>
Créditos a clientes	6.106.429	1.776.558	408.833	8.291.820	6.042.090	1.567.871	336.055	7.946.016
<b>Riscos potenciais</b>	<b>44.762</b>	<b>210.528</b>	<b>209.748</b>	<b>465.038</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>
Limites a clientes	44.762	210.528	209.748	465.038	41.970	159.270	170.429	371.669
<b>Total</b>	<b>16.144.264</b>	<b>1.987.086</b>	<b>618.581</b>	<b>18.749.931</b>	<b>17.595.558</b>	<b>1.727.141</b>	<b>506.484</b>	<b>19.829.183</b>
<b>Exposição total</b>	<b>31.551.277</b>	<b>1.987.086</b>	<b>618.581</b>	<b>34.156.944</b>	<b>32.223.029</b>	<b>1.727.141</b>	<b>506.484</b>	<b>34.456.654</b>
<b>(-) Provisão para perdas de ativos financeiros</b>	<b>(49.473)</b>	<b>(210.528)</b>	<b>(209.748)</b>	<b>(469.749)</b>	<b>(47.379)</b>	<b>(159.270)</b>	<b>(170.429)</b>	<b>(377.078)</b>
<b>(=) Exposição líquida</b>	<b>31.501.804</b>	<b>1.776.558</b>	<b>408.833</b>	<b>33.687.195</b>	<b>32.175.650</b>	<b>1.567.871</b>	<b>336.055</b>	<b>34.079.576</b>

**Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo**

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/03/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros ao VJR</b>		
<b>Instrumentos de Dívida</b>	<b>569.184</b>	<b>627.970</b>
Cotas de fundos de investimento	569.184	627.970
<b>Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA</b>		
<b>Instrumentos de Patrimônio</b>	<b>39.183</b>	<b>33.943</b>
Cotas de fundos de investimento	39.183	33.943

**Avaliação da redução ao valor recuperável**

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

*Aumento significativo no risco de crédito e “cura”*

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de “cura” que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

*Definição de inadimplência e “cura”*

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de

um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

*Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)*

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

*Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)*

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade

  

Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/03/2023	31/12/2022
A	667.507	626.412
B	993.072	921.962
C	1.875.621	1.829.155
D	1.231.240	1.221.719
E	1.495.638	1.542.814
F	2.028.742	1.803.954
<b>Total</b>	<b>8.291.820</b>	<b>7.946.016</b>

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

#### Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

#### Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

#### Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.385% a.m
Pessoa Física - Crédito Consignado	SELIC para os próximos 6 meses	5.50% a.a.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	IPCA para o próximo mês	0.58% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.385% a.m
	SELIC para os próximos 7 meses	5.50% a.a.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	SELIC para os próximos 3 meses	5.00% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de março de 2023, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa física – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	0,8021%	0,00%
	Piora 1%	0,8024%	0,04%
	Melhora 1%	0,8018%	-0,04%
Pessoa física – crédito consignado		PD	% relativo
SELIC	Base	1,1723%	0,00%
	Piora 1%	1,1728%	0,04%
	Melhora 1%	1,1719%	-0,04%
Pessoa física – produtos parcelados		PD	% relativo
IPCA	Base	4,8664%	0,00%
	Piora 1%	4,8672%	0,02%
	Melhora 1%	4,8656%	-0,02%
Pessoa jurídica – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,5804%	0,00%
	Piora 1%	1,5811%	0,04%
	Melhora 1%	1,5796%	-0,04%
SELIC	Base	1,5804%	0,00%
	Piora 1%	1,5825%	0,14%
	Melhora 1%	1,5782%	-0,14%
Pessoa jurídica – produtos parcelados		PD	% relativo
SELIC	Base	3,2669%	0,00%
	Piora 1%	3,2804%	0,41%
	Melhora 1%	3,2534%	-0,41%

### Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O BANESTES possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que representa um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer procedimentos destinados a manter a exposição ao Risco de Liquidez em níveis considerados aceitáveis pela Instituição, em conformidade com os termos da Declaração de Apetite por Riscos - RAS, e ainda subsidiar a alta administração a traçar políticas de investimentos eficientes.

Salienta-se ainda que, a fim de auxiliar no controle da liquidez do Banco, para realização de qualquer negócio via Mesa de Operações do BANESTES, são observadas as orientações da Política de Investimento Financeiro do BANESTES e dos normativos internos e externos pertinentes ao assunto. Já com relação aos Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e Cotas de Fundos de Investimento, somente são realizadas compras ou vendas desde que estejam dentro dos parâmetros de alçadas e limites operacionais aprovados pelo Comitê de Mercado.

### Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

	31/03/2023				31/12/2022			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Ativo Total</b>	<b>52.129.853</b>	<b>6.580.716</b>	<b>7.594.998</b>	<b>37.954.139</b>	<b>37.871.585</b>	<b>10.635.161</b>	<b>2.921.988</b>	<b>24.314.436</b>
<b>Passivos não Derivativos</b>	<b>39.203.785</b>	<b>20.760.319</b>	<b>545.120</b>	<b>17.898.346</b>	<b>35.221.021</b>	<b>22.719.379</b>	<b>485.342</b>	<b>12.016.300</b>
Depósitos de Instit. Financeiras	11.719.564	11.719.564	-	-	14.086.053	13.948.084	137.969	-
Depósitos de Clientes	26.854.366	8.626.919	329.844	17.897.603	20.636.386	8.502.694	128.318	12.005.374
Emissão de Títulos	582.138	395.391	186.747	-	356.122	148.195	207.927	-
Outros passivos financeiros	47.717	18.445	28.529	743	142.460	120.406	11.128	10.926

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros.

### Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de

juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

## Exposição ao Risco

### Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

### Exposição ao risco de mercado – Carteira de *Trading* e *Banking*

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII):

	31/03/2023			31/12/2022				
	Mínimo	Média	Máximo	31/03/2023	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2022
VaR PRE	-	0,53	2	-	1	3.306	10.209	1
VaR <i>Trading</i>	1.239	1.609	2.183	1.376	1.859	4.394	11.270	2.235
<i>Banking</i> (ΔEVE)	374.112	375.964	378.584	378.584	361.838	366.088	370.750	370.750
VaR Global	83.726	95.432	116.565	86.005	54.231	138.132	198.229	161.934

### Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	782	-	-	782
<b>Total</b>	<b>782</b>	-	-	<b>782</b>
<b>Posição Líquida</b>	<b>782</b>	-	-	<b>782</b>

### Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como, taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do BANESTES.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

**Cenário 1:** Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

**Cenário 2:** Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

**Cenário 3:** Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

### Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/03/2023			31/12/2022		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(5.236)	130.094	(258.679)	(3.455)	(85.805)	(170.015)
IPCA	(1.343)	(32.535)	(63.321)	(1.302)	(31.525)	(61.327)
Dólar	(8)	(195)	(391)	(7)	(169)	(339)
Euro	-	-	-	-	(6)	(12)
Libra Esterlina	-	-	-	-	(1)	(3)

(\*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificados contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.407.013	14.627.472
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	458.214	617.770
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	782	708

### Gerenciamento de Capital

Visando adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o BANESTES instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do BANESTES prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

### Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Circular n.º 3.644/2013 do Banco Central do Brasil,

na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução nº. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao período findo em 31 de março de 2023, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado Prudencial(*)	
	31/03/2023	31/12/2022
<b>Capital Principal</b>	<b>2.071.977</b>	<b>2.035.292</b>
<b>(-) Redução Ajustes Prudenciais</b>	<b>(189.990)</b>	<b>(177.499)</b>
Ativos Intangíveis	(189.990)	(177.499)
<b>Patrimônio de Referência (PR)(Nível 1 + Nível 2)</b>	<b>1.881.987</b>	<b>1.857.793</b>
<b>Exposições ao Risco:</b>		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	10.684.323	10.554.610
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.007.185	1.732.855
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	2.184	131.072
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>12.693.692</b>	<b>12.418.537</b>
<b>Margem sobre o PR considerando IRRBB<sup>1</sup> e ACP<sup>2</sup></b>	<b>170.565</b>	<b>183.097</b>
<b>Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]</b>	<b>14,83%</b>	<b>14,96%</b>
<b>Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)</b>	<b>378.584</b>	<b>370.750</b>

(\*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

<sup>1</sup> IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

<sup>2</sup> ACP - Adicional de Capital Principal

## 6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022 são as seguintes:

**Demonstração do Resultado do Período por Segmento**
**Em 31 de março de 2023:**

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	313.113	6.935	-	320.048
Resultado de Prestação de Serviços (1)	57.777	(9.092)	(1.735)	46.950
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	(509)	-	-	(509)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	30.909	(25)	30.884
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	62	-	-	62
Resultado de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	(124.627)	-	-	(124.627)
Despesas de Pessoal (1)	(107.999)	(7.373)	2	(115.370)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	9	5.378	-	5.387
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	22.925	-	(22.925)	-
Provisões	2.043	(143)	-	1.900
Despesas Tributárias	(22.653)	(3.456)	-	(26.109)
Outras Despesas Administrativas (2)	(75.138)	(3.428)	1.783	(76.783)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(6.340)	2.319	(23)	(4.044)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>58.663</b>	<b>22.049</b>	<b>(22.923)</b>	<b>57.789</b>
Impostos Correntes e Diferidos	(4.722)	(8.076)	-	(12.798)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>53.941</b>	<b>13.973</b>	<b>(22.923)</b>	<b>44.991</b>
<b>Resultado do Exercício Atribuível aos:</b>				
Acionistas Controladores	53.941	13.973	(22.923)	44.991
<b>Total do Ativo</b>	<b>37.112.738</b>	<b>295.200</b>	<b>(316.513)</b>	<b>37.091.425</b>
<b>Passivo</b>	<b>35.050.379</b>	<b>147.817</b>	<b>(108.335)</b>	<b>35.089.861</b>

**Em 31 de março de 2022:**

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	265.376	5.989	12	271.377
Resultado de Prestação de Serviços (1)	64.085	(3.396)	(1.580)	59.109
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	-	(28)	(67)	(95)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	25.858	-	-	25.858
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	30.190	(42)	30.148
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	(79)	-	-	(79)
Resultado de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	(58.793)	(3)	-	(58.796)
Despesas de Pessoal (1)	(97.743)	(6.380)	-	(104.123)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	(186)	2.535	-	2.349
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	23.249	-	(23.249)	-
Provisões	(13.402)	(21)	-	(13.423)
Despesas Tributárias	(21.695)	(2.671)	-	(24.366)
Outras Despesas Administrativas (2)	(62.589)	(3.100)	1.750	(63.939)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	3.153	2.217	(127)	5.243
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>127.234</b>	<b>25.332</b>	<b>(23.303)</b>	<b>129.263</b>
Impostos Correntes e Diferidos	(41.901)	(9.563)	-	(51.464)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>85.333</b>	<b>15.769</b>	<b>(23.303)</b>	<b>77.799</b>
<b>Resultado do Exercício Atribuível aos:</b>				
Acionistas Controladores	85.333	15.769	(23.303)	77.799
<b>Total do Ativo</b>	<b>36.474.343</b>	<b>256.619</b>	<b>(317.431)</b>	<b>36.413.531</b>
<b>Passivo</b>	<b>34.508.830</b>	<b>104.701</b>	<b>(99.712)</b>	<b>34.513.819</b>

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

**7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS**

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	31/03/2023			31/12/2022		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	-	569.184	569.184	-	627.970	627.970
Cotas de Fundos de Investimento	-	569.184	569.184	-	627.970	627.970
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes</b>	15.178.312	228.701	15.407.013	14.137.097	490.374	14.627.471
Cotas de Fundos de Investimento	-	39.183	39.183	-	33.943	33.943
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	13.668.778	-	13.668.778	12.702.758	-	12.702.758
Letras Financeiras	-	107.047	107.047	-	277.954	277.954
Debêntures	1.509.534	82.471	1.592.005	1.434.339	178.477	1.612.816

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

## 8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/03/2023				31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	6.317.456	6.235.339	4.626.633	1.608.706	6.386.906	6.307.400	5.147.613	1.159.787
Créditos a Inst. Financeiras	3.670.907	3.670.907	-	3.670.907	5.119.183	5.119.183	-	5.119.183
Empréstimos e Recebíveis	7.826.782	7.826.782	-	7.826.782	7.574.347	7.574.347	-	7.574.347
Depósitos de Clientes (1)	21.112.669	21.111.847	-	21.111.847	20.180.304	20.178.552	-	20.178.552
Recursos de Inst.Financeiras(2)	11.833.338	11.833.338	-	11.833.338	12.573.327	12.573.327	-	12.573.327
Títulos de Dívida Emitidos	565.923	565.923	-	565.923	417.257	417.257	-	417.257

Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

## 9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

### a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2023	31/12/2022
<b>Disponibilidades</b>	<b>239.461</b>	<b>177.015</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)</b>	<b>2.825.577</b>	<b>4.289.237</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.025.588	942.032
Letras do Tesouro Nacional - LTN	309.998	1.235.281
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.489.991	2.111.924
<b>Total</b>	<b>3.065.038</b>	<b>4.466.252</b>

(\*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

### b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	939.796	147.825
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	750.414	735.908
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	67.410	54.796
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	12.749	47.247
<b>Total</b>		<b>1.770.369</b>	<b>985.776</b>

## 10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

### a. Classificação

Categoria/Papel	31/03/2023						Total
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	<b>9.950</b>	<b>4.446</b>	<b>117.391</b>	<b>220.863</b>	<b>172.113</b>	<b>44.421</b>	<b>569.184</b>
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	9.950	4.446	117.391	220.863	172.113	44.421	569.184
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>39.183</b>	<b>104.560</b>	<b>180.415</b>	<b>2.810.862</b>	<b>881.599</b>	<b>11.383.180</b>	<b>15.399.798</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	13.031	2.451.225	18.701	11.185.821	13.668.778
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	51.845	12.762	31.863	10.577	-	107.047
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	39.183	-	-	-	-	-	39.183
Debêntures	-	52.764	154.707	329.094	852.739	202.701	1.592.005
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(49)	(85)	(1.320)	(418)	(5.342)	(7.215)
<b>Mensurados ao custo amortizado (CA)</b>	<b>-</b>	<b>3.041.619</b>	<b>1.266.785</b>	<b>4.691.600</b>	<b>494.187</b>	<b>494.171</b>	<b>9.988.362</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.835.131	679.905	3.728.641	281.572	302.638	7.827.887
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	207.947	548.488	785.239	27.458	-	1.569.132
Debêntures	-	-	38.628	173.308	185.392	134.623	531.951
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	334	6.622	-	57.144	64.100
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(1.459)	(570)	(2.210)	(235)	(237)	(4.711)

31/12/2022							
Categoria/Papel	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	<b>10.200</b>	<b>3.978</b>	<b>106.470</b>	<b>269.306</b>	<b>88.687</b>	<b>149.329</b>	<b>627.970</b>
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	10.200	3.978	106.470	269.306	88.687	149.329	627.970
<b>Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>33.943</b>	<b>396.758</b>	<b>293.521</b>	<b>2.566.572</b>	<b>1.022.485</b>	<b>10.307.347</b>	<b>14.620.626</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	209.652	-	2.383.978	24.340	10.084.788	12.702.758
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	174.601	62.413	30.800	10.140	-	277.954
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.943	-	-	-	-	-	33.943
Debêntures	-	12.692	231.246	152.998	988.486	227.394	1.612.816
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(187)	(138)	(1.204)	(481)	(4.835)	(6.845)
<b>Mensurados ao custo amortizado (CA)</b>	<b>-</b>	<b>4.585.670</b>	<b>761.070</b>	<b>4.810.778</b>	<b>861.096</b>	<b>487.476</b>	<b>11.506.089</b>
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	4.487.548	28.519	3.888.933	646.901	307.488	9.359.389
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	100.297	699.984	736.225	26.512	-	1563.018
Debêntures	-	-	32.468	181.500	188.090	116.141	518.199
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	436	6.379	-	64.074	70.889
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável ( <i>Impairment</i> )	-	(2.175)	(337)	(2.259)	(407)	(230)	(5.409)

**b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes**

	Saldo Anterior	Ganho	Perda	Impostos	Saldo	Saldo
		Não Realizado			31/03/2023	31/03/2022
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(11.033)	1.776	(28.618)	11.994	(25.881)	(1.310)

**c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras**

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Instrumento de Dívida e Patrimônio</b>	<b>(7.215)</b>	-	-	<b>(7.215)</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(6.329)	-	-	(6.329)	(5.775)	-	-	(5.775)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(82)	-	-	(82)	(181)	-	-	(181)
Debêntures	(754)	-	-	(754)	(758)	-	-	(758)
Letras Financeiras	(50)	-	-	(50)	(131)	-	-	(131)
<b>Total</b>	<b>(7.215)</b>	-	-	<b>(7.215)</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>	<b>(1.745)</b>	-	-	<b>(1.745)</b>	<b>(2.407)</b>	-	-	<b>(2.407)</b>
Aplicações no Mercado Aberto	(1.328)	-	-	(1.328)	(2.016)	-	-	(2.016)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(417)	-	-	(417)	(391)	-	-	(391)
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>	<b>(2.966)</b>	-	-	<b>(2.966)</b>	<b>(3.002)</b>	-	-	<b>(3.002)</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(2.059)	-	-	(2.059)	(1.993)	-	-	(1.993)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(226)	-	-	(226)	(326)	-	-	(326)
Títulos Públicos Federais - CVS	(58)	-	-	(58)	(62)	-	-	(62)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(30)	-	-	(30)	(33)	-	-	(33)
Debêntures	(250)	-	-	(250)	(244)	-	-	(244)
Letras Financeiras	(343)	-	-	(343)	(344)	-	-	(344)
<b>Total</b>	<b>(4.711)</b>	-	-	<b>(4.711)</b>	<b>(5.409)</b>	-	-	<b>(5.409)</b>

**d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras**

Em 31 de março de 2023:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>
Novos ativos financeiros originados	(42)	-	-	(42)
Estorno de provisão de operações liquidadas	209	-	-	209
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(537)	-	-	(537)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>(7.215)</b>	-	-	<b>(7.215)</b>

e.

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.407)</b>	-	-	<b>(2.407)</b>
Novos ativos financeiros originados	(1.328)	-	-	(1.328)
Estorno de provisão de operações liquidadas	2.014	-	-	2.014
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(24)	-	-	(24)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>(1.745)</b>	-	-	<b>(1.745)</b>
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.002)</b>	-	-	<b>(3.002)</b>
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	(276)	-	-	(276)
Estorno de provisão de operações liquidadas	385	-	-	385
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(73)	-	-	(73)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>(2.966)</b>	-	-	<b>(2.966)</b>

Em 31 de dezembro de 2022:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.160)</b>	-	-	<b>(3.160)</b>
Novos ativos financeiros originados	(4.953)	-	-	(4.953)
Estorno de provisão de operações liquidadas	919	-	-	919
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	349	-	-	349
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(6.845)</b>	-	-	<b>(6.845)</b>

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Créditos a Instituições Financeiras</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(5.789)</b>	-	-	<b>(5.789)</b>
Novos ativos financeiros originados	(20.500)	-	-	(20.500)
Estorno de provisão de operações liquidadas	23.906	-	-	23.906
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(24)	-	-	(24)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.407)</b>	-	-	<b>(2.407)</b>
<b>Instrumentos de Dívida e Patrimônio</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(2.826)</b>	-	-	<b>(2.826)</b>
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	(456)	-	-	(456)
Novos ativos financeiros originados	(1.448)	-	-	(1.448)
Estorno de provisão de operações liquidadas	763	-	-	763
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	965	-	-	965
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.002)</b>	-	-	<b>(3.002)</b>

**e. Ativos Financeiros Vinculados**

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/03/2023	31/12/2022
<b>Títulos de Dívida de Emissores Públicos</b>	<b>101.739</b>	<b>98.531</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	101.739	98.531
<b>Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c</b>	<b>129.122</b>	<b>126.119</b>
Títulos de Renda Fixa - Públicos	129.122	126.119

**11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS**

	31/03/2023			31/12/2022		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	598.852	33.750	565.102	556.640	29.563	527.077
Crédito comercial	2.449.007	221.303	2.227.704	2.539.855	173.231	2.366.624
Imobiliário	1.589.266	44.625	1.544.641	1.385.465	29.324	1.356.141
Industrial	2.760	32	2.728	3.987	122	3.865
Leasing Financeiro	-	-	-	2	-	2
Pessoal	2.992.016	63.490	2.928.526	2.857.993	48.875	2.809.118
Renegociação	269.749	94.160	175.589	259.568	84.895	174.673
Rural	390.170	7.678	382.492	342.506	5.659	336.847
<b>Total</b>	<b>8.291.820</b>	<b>465.038</b>	<b>7.826.782</b>	<b>7.946.016</b>	<b>371.669</b>	<b>7.574.347</b>

**Movimentação do Impairment**

Em 31 de março de 2023:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>
<b>Movimentos com impactos no resultado:</b>				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(11.700)	62.729	-	51.029
Estágio 1 para o Estágio 3	(282)	-	10.088	9.806
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(19.467)	63.699	44.232
Estágio 2 para o Estágio 1	1.167	(11.129)	-	(9.962)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.171	(6.468)	(5.297)
Estágio 3 para o Estágio 1	93	-	(2.971)	(2.878)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	5.335	26.218	3.601	35.154
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	9.023	(2.231)	(2.815)	3.977
Estorno de provisão de contratos liquidados	(844)	(6.033)	(25.815)	(32.692)
<b>Total dos movimentos com impactos no resultado</b>	<b>44.762</b>	<b>210.528</b>	<b>209.748</b>	<b>465.038</b>
<b>Perda Esperada em 31 de março de 2023</b>	<b>44.762</b>	<b>210.528</b>	<b>209.748</b>	<b>465.038</b>

Em 31 de dezembro de 2022:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>45.674</b>	<b>200.389</b>	<b>123.115</b>	<b>369.178</b>
<b>Movimentos com impactos no resultado:</b>				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.195)	31.002	-	24.807
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.816)	-	42.308	40.492
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(23.799)	55.468	31.669
Estágio 2 para o Estágio 1	4.300	(56.389)	-	(52.089)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	2.055	(8.900)	(6.845)
Estágio 3 para o Estágio 1	62	-	(4.114)	(4.052)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	18.631	79.964	40.366	138.961
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(14.086)	(55.955)	(2.931)	(72.972)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(4.600)	(17.997)	(74.883)	(97.480)
<b>Total dos movimentos com impactos no resultado</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>41.970</b>	<b>159.270</b>	<b>170.429</b>	<b>371.669</b>

**Composição por vencimento**

	31/03/2023	31/12/2022
<b>Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>8.291.820</b>	<b>7.946.016</b>
<b>Prestações Vencidas</b>	<b>97.742</b>	<b>83.011</b>
A partir de 15 dias	97.742	83.011
<b>Prestações a Vencer</b>	<b>8.194.078</b>	<b>7.863.005</b>
Até 90 dias	941.692	922.044
De 91 a 360 dias	1.840.309	1.758.088
Acima de 360 dias	5.412.077	5.182.873

## 12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

### 12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/03/2023		31/03/2022	
	IR	CS	IR	CS
<b>Resultado antes da Trib. e Participações</b>	<b>112.129</b>	<b>112.129</b>	<b>134.889</b>	<b>134.889</b>
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(28.033)	(22.425)	(33.722)	(26.977)
<b>Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social</b>				
Juros sobre o Capital Próprio	5.250	4.200	4.875	3.900
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.792	4.336	4.323	3.196
Adições (exclusões) de caráter permanente	(4.656)	(1.599)	(3.857)	(1.473)
Adições (exclusões) de caráter temporário	531	409	(8.149)	(6.524)
<b>Total dos Valores Devidos</b>	<b>(21.116)</b>	<b>(15.079)</b>	<b>(36.530)</b>	<b>(27.878)</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	9	8	9	7
Incentivos Fiscais	712	-	960	-
<b>Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente</b>	<b>(20.395)</b>	<b>(15.071)</b>	<b>(35.561)</b>	<b>(27.871)</b>
<b>Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida</b>	<b>(412)</b>	<b>(324)</b>	<b>(322)</b>	<b>(255)</b>
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>12.995</b>	<b>10.403</b>	<b>9.410</b>	<b>3.147</b>
<b>Insuficiência (Superveniência) de Depreciação Arrend. Mercantil</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>
<b>Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(7.806)</b>	<b>(4.992)</b>	<b>(26.485)</b>	<b>(24.979)</b>

\* A alíquota efetiva de IR e CS é de 22,15% e 39,81% para o acumulado de três meses de 2023 e 2022, respectivamente.

### 12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2022	Constituição (Realização)	Saldo em 31/03/2023	Saldo em 31/03/2022
<b>Refletidos no Resultado</b>				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	203.678	28.062	231.740	208.427
Ações Trabalhistas	28.501	(640)	27.861	27.682
Ações Cíveis	29.974	647	30.621	29.664
Contingências Fiscais	24.318	(6.113)	18.205	25.552
Outras Contingências	13.950	2.853	16.803	15.301
Ajustes de IFRS*	(2.131)	145	(1.986)	(9.446)
<b>Total de Adições Temporárias</b>	<b>298.290</b>	<b>24.954</b>	<b>323.244</b>	<b>297.180</b>
Crédito Tributário Não Corrente	943	(139)	804	(902)
<b>Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado</b>	<b>299.233</b>	<b>24.815</b>	<b>324.048</b>	<b>296.278</b>
<b>Refletidos no Patrimônio Líquido</b>				
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	14.305	11.737	26.042	10.624
<b>Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado</b>	<b>14.305</b>	<b>11.737</b>	<b>26.042</b>	<b>10.624</b>
<b>Total Geral dos Créditos Tributários</b>	<b>313.538</b>	<b>36.552</b>	<b>350.090</b>	<b>306.902</b>
<b>Total dos Créditos Tributários Ativados</b>	<b>313.538</b>	<b>36.552</b>	<b>350.090</b>	<b>306.902</b>

\* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

#### a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Constituição (Realização)	Saldo em 31/03/2023	Saldo em 31/03/2022
<b>Refletidos no Resultado</b>				
Superveniência de Depreciação de Leasing	6	(6)	-	122
Diferenças Temporárias	16.473	737	17.210	17.883
<b>Refletidos no Patrimônio Líquido</b>				
Ajustes ao Valor Justo – Tít. Disp. P/Venda	8.355	1.376	9.731	7.026
Reserva de Reavaliação de Imóveis	653	(19)	634	708
<b>Total Geral dos Débitos Tributários</b>	<b>25.487</b>	<b>2.088</b>	<b>27.575</b>	<b>25.739</b>

**b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário**

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2023	99.067	79.236	-	-	178.303
2024	37.460	29.918	-	-	67.378
2025	42.110	33.414	-	-	75.524
2026	2.448	1.959	-	-	4.407
2027	4.106	3.284	-	-	7.390
2028 a 2032	9.494	7.594	-	-	17.088
<b>Total</b>	<b>194.685</b>	<b>155.405</b>	-	-	<b>350.090</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>166.441</b>	<b>132.875</b>	-	-	<b>299.317</b>
<b>Valor Presente em 31/03/2022</b>	<b>164.589</b>	<b>131.969</b>	-	-	<b>296.558</b>

**13. OUTROS ATIVOS**

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais dados em Garantia	189.881	194.603
Depósitos Trabalhistas	42.829	50.607
Depósitos Cíveis	48.947	47.636
Depósitos Fiscais (Nota 20)	96.621	94.895
Depósitos de Sinistros	1.086	1.068
Outros Depósitos	398	397
Impostos e Contribuições a Compensar	22.264	21.671
Pagamentos a Ressarcir	20.244	18.002
Serviços Prestados a Receber	2.688	3.544
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.560	5.405
Adiantamentos para Pagamentos	25.599	26.441
Arrendamentos Operacionais a Receber	75	159
Despesas Antecipadas	11.120	12.471
Participações Pagas Antecipadamente	130	16.222
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	148.998	115.219
Devedores Diversos - País	96.409	100.630
Outros Ativos	5.438	6.177
<b>Total</b>	<b>525.406</b>	<b>520.544</b>

**a. Relações Interfinanceiras e Interdependências**

	Forma de Remuneração	31/03/2023	31/12/2022
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>148.400</b>	<b>115.179</b>
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	27.356	118
Sistema Financeiro da Habitação		113.734	111.360
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	1.771	1.699
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	123.677	121.375
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.310	3.701
<b>Relações Interdependências</b>		<b>598</b>	<b>40</b>
<b>Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências</b>		<b>148.998</b>	<b>115.219</b>

**14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA**

	31/03/2023	31/12/2022
<b>Custo de aquisição</b>		
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>62.431</b>	<b>72.175</b>
Aquisições	5.700	20.580
Alienações / Baixas	(6.695)	(30.324)
Transferências	-	-
<b>Total</b>	<b>61.436</b>	<b>62.431</b>
<b>Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda</b>		
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>(834)</b>	<b>(1.036)</b>
Desvalorização	-	(50)
Baixas / Alienações	-	252
Transferências	-	-
<b>Total</b>	<b>(834)</b>	<b>(834)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>60.602</b>	<b>61.597</b>

**15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS**

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
<b>Custo de Aquisição</b>								
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>11.199</b>	<b>42.971</b>	<b>29.031</b>	<b>104.130</b>	<b>20.896</b>	<b>7.351</b>	<b>144.610</b>	<b>360.188</b>
Aquisições	-	2.258	759	50	9.407	82	925	13.481
Alienações/ Baixas	(7)	(297)	(43)	(32)	(8.615)	(16)	(126)	(9.136)
Transferências	-	-	(1.627)	1.586	41	-	-	-
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>11.192</b>	<b>44.932</b>	<b>28.120</b>	<b>105.734</b>	<b>21.729</b>	<b>7.417</b>	<b>145.409</b>	<b>364.533</b>
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(5.602)</b>	<b>(24.215)</b>	<b>(16.777)</b>	<b>(87.112)</b>	<b>(10.472)</b>	<b>(4.999)</b>	<b>(58.709)</b>	<b>(207.886)</b>
Depreciação do Período	(49)	(864)	(356)	(1.598)	(453)	(219)	(6.003)	(9.542)
Baixas/Alienações	6	280	43	33	-	12	50	424
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>(5.645)</b>	<b>(24.799)</b>	<b>(17.090)</b>	<b>(88.677)</b>	<b>(10.925)</b>	<b>(5.206)</b>	<b>(64.662)</b>	<b>(217.004)</b>
<b>Saldo Líquido Final em 31/03/2023</b>	<b>5.547</b>	<b>20.133</b>	<b>11.030</b>	<b>17.057</b>	<b>10.804</b>	<b>2.211</b>	<b>80.747</b>	<b>147.529</b>
<b>Saldo Líquido em 31/12/2022</b>	<b>5.597</b>	<b>18.756</b>	<b>12.254</b>	<b>17.018</b>	<b>10.424</b>	<b>2.352</b>	<b>85.901</b>	<b>152.302</b>

(\*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

**16. ATIVOS INTANGÍVEIS**

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
<b>Custo de Aquisição</b>					
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>139.537</b>	<b>9.634</b>	<b>109.460</b>	<b>51.966</b>	<b>310.597</b>
Aquisições	226	2.518	9.233	10.047	22.024
Alienações / Baixas	(6)	-	-	(1.168)	(1.174)
Transferências	1.440	-	-	(1.440)	-
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>141.197</b>	<b>12.152</b>	<b>118.693</b>	<b>59.405</b>	<b>331.447</b>
<b>Depreciação e Perdas por Impairment</b>					
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(68.824)</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(54.025)</b>	<b>-</b>	<b>(129.163)</b>
Amortização do período	(4.330)	(173)	(5.055)	-	(9.558)
Baixas / Alienações	2	-	-	-	2
Transferências	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>(73.152)</b>	<b>(6.487)</b>	<b>(59.080)</b>	<b>-</b>	<b>(138.719)</b>
<b>Perdas por Impairment</b>					
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.168)</b>	<b>(1.172)</b>
Constituição	4	-	-	1.168	1.172
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo Líquido Final em 31/03/2023</b>	<b>68.045</b>	<b>5.665</b>	<b>59.613</b>	<b>59.405</b>	<b>192.728</b>
<b>Saldo Líquido em 31/12/2022</b>	<b>70.709</b>	<b>3.320</b>	<b>55.435</b>	<b>50.798</b>	<b>180.262</b>

(\*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

**17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO**

	31/03/2023	31/12/2022
<b>No País:</b>	<b>11.833.338</b>	<b>12.573.327</b>
Depósitos à Vista	709	1.711
Operações Compromissadas	11.458.597	12.279.787
Obrigações por Repasses:	42.710	52.446
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	40.195	48.845
BNDES	24	30
Finame	2.485	3.565
Outras Instituições	6	6
Depósitos Interfinanceiros	331.322	239.383
<b>Total</b>	<b>11.833.338</b>	<b>12.573.327</b>
<b>Composição por Vencimento</b>		
<b>Exigível à Vista</b>	<b>709</b>	<b>1.711</b>
<b>Exigível a Prazo</b>	<b>11.832.629</b>	<b>12.571.616</b>
Até 90 dias	11.654.317	12.400.981
De 91 a 360 dias	172.628	160.449
Acima de 360 dias	5.684	10.186
<b>Total</b>	<b>11.833.338</b>	<b>12.573.327</b>

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

**18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO**

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista	1.268.401	1.421.310
Depósitos a Prazo	15.724.619	14.563.078
Depósitos de Poupança	4.119.649	4.195.916
<b>Total</b>	<b>21.112.669</b>	<b>20.180.304</b>
<b>Composição por prazo de vencimento</b>		
<b>Exigível à Vista</b>	<b>9.351.041</b>	<b>9.542.033</b>
<b>Exigível a Prazo</b>	<b>11.761.628</b>	<b>10.638.271</b>
Até 90 dias	53.190	43.406
De 91 a 360 dias	142.369	146.265
Acima de 360 dias	11.566.069	10.448.600
<b>Total</b>	<b>21.112.669</b>	<b>20.180.304</b>

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO**

	31/03/2023	31/12/2022
Letras de Crédito Imobiliário	234.704	176.187
Letras de Agronegócio	331.219	241.070
<b>Total</b>	<b>565.923</b>	<b>417.257</b>
<b>Composição por prazo de vencimento</b>		
Até 90 dias	208.671	198.318
De 91 a 360 dias	357.252	218.898
Acima de 360 dias	-	41
<b>Total</b>	<b>565.923</b>	<b>417.257</b>

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**
**a. Ativos Contingentes**

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

**b. Passivos Contingentes**

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/03/2023					31/03/2022				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>63.343</b>	<b>66.709</b>	<b>54.302</b>	<b>270</b>	<b>184.624</b>	<b>55.716</b>	<b>65.028</b>	<b>52.558</b>	<b>260</b>	<b>173.562</b>
Constituições/Atualizações	10.103	1.645	2.008	82	13.838	7.988	1.997	3.250	409	13.644
Pagamentos/Reversões	(11.527)	(219)	(15.556)	(178)	(27.480)	(2.183)	(1.013)	-	(178)	(3.374)
<b>Saldo no Final do Período</b>	<b>61.919</b>	<b>68.135</b>	<b>40.754</b>	<b>174</b>	<b>170.982</b>	<b>61.521</b>	<b>66.012</b>	<b>55.808</b>	<b>491</b>	<b>183.832</b>

**c. Processos Trabalhistas**

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Em 31 de março de 2023, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 61.919 sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 38.217 e em depósito recursal a importância de R\$ 4.611.

**d. Processos Cíveis**

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causarem impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Destas ações, 23,99% tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos. O restante, 76,01% envolve ações que tramitam perante a Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

**e. Processos Fiscais**

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	31/03/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	10.799	54.637	9.621	53.713
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	23.189	38.744	38.013	38.013
Honorários - Diversas Ações	6.165	-	6.073	-
Outros	601	3.240	595	3.169
<b>Total</b>	<b>40.754</b>	<b>96.621</b>	<b>54.302</b>	<b>94.895</b>

**(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP.

**(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Objetiva-se com o questionamento judicial a dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro.

**f. Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis**

O SFB mantém sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos, judiciais, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua probabilidade de perda. Nesse contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível, que não são reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

**Processos Trabalhistas** - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, Resolução n.º. 696 (demissão incentivada), supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 42.804.

**Processos Cíveis** - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 535.454 sendo que as mais relevantes representam R\$54.584. As ações com pedidos baseados nos Planos Econômicos Collor, Bresser e Verão representam 4,86% e as que se baseiam em indenizações por danos morais e materiais equivalem a 5,21% do total.

**Processos Fiscais** - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 19.925 referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

**21. OUTROS PASSIVOS**

	31/03/2023	31/12/2022
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	85.637	90.430
Impostos a Recolher	28.776	43.836
Obrigações por Aquisição de Bens	39.579	40.554
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	118.782	134.854
Obrigações Sociais e Estatutárias	7.641	77.597
Operações de Cartões de Crédito	34.483	36.340
Pagamentos a Efetuar	74.508	69.504
Receita Diferida	6.699	6.150
Recursos em Trânsito de Terceiros	20.110	37.002
Relações Interfinanceiras	500.418	420.817
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	10	34
Credores por Recursos a Liberar	148.305	132.053
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	98.919	46.306
Obrigações por Transações de Pagamentos	14.514	28.753
Obrigações por Convênios Oficiais	21.488	22.155
Outros Passivos	85.835	98.023
<b>Total</b>	<b>1.285.704</b>	<b>1.284.408</b>
<b>Total Passivo Circulante</b>	<b>1.191.336</b>	<b>1.186.607</b>
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>94.368</b>	<b>97.801</b>

**a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento**

	31/03/2023	31/12/2022
até 1 ano	24.637	26.407
de 1 ano a 5 anos	54.851	57.209
acima de 5 anos	6.149	6.814
<b>Total</b>	<b>85.637</b>	<b>90.430</b>

**22. OPERAÇÕES DE SEGUROS**
**a. Passivo para cobertura remanescente**
**Em março de 2023:**

Movimentação do grupo de contas	Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
<b>Saldo Inicial em 31/12/2022</b>	<b>8.692</b>	<b>5.608</b>	<b>14.300</b>
( + ) Prêmios Recebidos de Seguros	51.292	39.138	90.490
( - ) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(12.753)	(6.893)	(19.646)
( - ) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(233)	-	(233)
( + ) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	12.976	7.014	19.990
( - ) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(50.702)	(38.747)	(89.449)
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>9.272</b>	<b>6.180</b>	<b>15.452</b>

**Em dezembro de 2022:**

Movimentação do grupo de contas	Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
<b>Saldo Inicial em 31/12/2021</b>	<b>6.386</b>	<b>1.311</b>	<b>7.697</b>
( + ) Prêmios Recebidos de Seguros	155.013	142.075	297.088
( - ) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.202)	(25.428)	(72.630)
( - ) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(246)	-	(246)
( + ) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	40.961	22.017	62.978
( - ) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(146.220)	(134.367)	(280.587)
<b>Saldo Final em 31/12/2022</b>	<b>8.692</b>	<b>5.608</b>	<b>14.300</b>

**b. Passivos de contratos de resseguros mantidos**
**Em março de 2023:**

	<b>Ramo</b>
<b>Movimentação do grupo de contas</b>	<b>Pessoas</b>
<b>Saldo Inicial em 31/12/2022</b>	<b>8.902</b>
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	1.800
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(232)
<b>Saldo Final em 31/03/2023</b>	<b>10.470</b>

**Em dezembro de 2022:**

	<b>Ramo</b>
<b>Movimentação do grupo de contas</b>	<b>Pessoas</b>
<b>Saldo Inicial em 31/12/2021</b>	<b>8.408</b>
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	6.573
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(6.079)
<b>Saldo Final em 31/12/2022</b>	<b>8.902</b>

**c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro**
**Em março de 2023:**

	<b>Ramos</b>		<b>Total</b>
	<b>Danos</b>	<b>Pessoas</b>	
<b>Movimentação do grupo de contas</b>			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	35.020	18.806	53.826
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	94	518	612
<b>Saldo Final Ajustado</b>	<b>35.114</b>	<b>19.324</b>	<b>54.438</b>

**Em dezembro de 2022:**

	<b>Ramos</b>		<b>Total</b>
	<b>Danos</b>	<b>Pessoas</b>	
<b>Movimentação do grupo de contas</b>			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.434	17.895	51.329
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(151)	111	(40)
<b>Saldo Final Ajustado</b>	<b>33.283</b>	<b>18.006</b>	<b>51.289</b>

**23. MARGEM FINANCEIRA**

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	145.016	262.533
Créditos a Instituições Financeiras	25.121	29.240
Empréstimos e Recebíveis	337.923	255.150
Títulos de Investimento	712.653	393.736
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	9.579	11.821
Outras Receitas Financeiras	2.302	1.722
<b>Total</b>	<b>1.232.594</b>	<b>954.202</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Recursos de Instituições Financeiras	(399.301)	(318.961)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(512.923)	(363.716)
Depósitos Especiais	(155)	(125)
Outras Despesas Financeiras	(167)	(23)
<b>Total</b>	<b>(912.546)</b>	<b>(682.825)</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>320.048</b>	<b>271.377</b>

**24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas de Prestação de Serviços</b>		
Conta-Corrente / Poupança	27.948	28.105
Cartões de Crédito/ Débito	14.541	16.916
Administração de Fundos de Investimentos	10.524	15.081
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	7.029	-
Arrecadações e Convênio	6.129	6.014
Transferência de Fundos e Recursos	3.658	4.743
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	3.769	3.775
Cobrança	3.728	3.752
Corretagem de seguros	4.484	3.376
Taxa de Gestão de Fundos de Investimentos	0	11
Serviços de Custódia	225	31
Outras Receitas de Prestação de Serviços	2.928	2.854
<b>Total</b>	<b>84.963</b>	<b>84.658</b>
<b>Despesas de Prestação de Serviços</b>		
Serviços do Sistema Financeiro	(21.309)	(16.271)
Cartões de Crédito	(7.702)	(6.225)
Correspondente Bancário	(4.719)	(4.907)
Informação Cadastral	(871)	(762)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(8.017)	(4.377)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(7.606)	(3.051)
Despesas de Corretagem de Seguros	(4.624)	(3.396)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(1.126)	(1.081)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(3.348)	(1.750)
<b>Total</b>	<b>(38.013)</b>	<b>(25.549)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>46.950</b>	<b>59.109</b>

**25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO**

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas</b>		
Instrumentos de Dívidas	-	-
Fundos de Investimento	-	-
Outros	-	181
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>181</b>
<b>Despesas</b>		
Instrumento de Dívidas	(509)	(2)
Outros	-	(274)
<b>Total</b>	<b>(509)</b>	<b>(276)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(509)</b>	<b>(95)</b>

**26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas</b>		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	-	25.858
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>25.858</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-</b>	<b>25.858</b>

## 27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDENCIA

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro</b>		
Danos	59.510	27.289
Pessoas	29.531	29.958
<b>Total</b>	<b>89.041</b>	<b>57.247</b>
<b>Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro</b>		
Danos	(39.308)	(12.897)
Pessoas	(18.849)	(14.202)
<b>Total</b>	<b>(58.157)</b>	<b>(27.099)</b>
<b>Resultado de Seguros e Previdência</b>	<b>30.884</b>	<b>30.148</b>

## 28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas</b>		
Operação de Câmbio - Exportação	-	-
Operação de Câmbio - Outros	-	-
Variação Cambial	162	204
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>204</b>
<b>Despesas</b>		
Operação de Câmbio - Outros	-	(2)
Variação Cambial	(100)	(281)
<b>Total</b>	<b>(100)</b>	<b>(283)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>62</b>	<b>(79)</b>

## 29. RESULTADO DE PERDAS COM *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas</b>		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	26.214	18.984
Outras Reversões	328	-
<b>Total</b>	<b>26.542</b>	<b>18.984</b>
<b>Despesas</b>		
Provisão de Operações de Crédito	(151.169)	(76.768)
Outras Provisões	-	(1.012)
<b>Total</b>	<b>(151.169)</b>	<b>(77.780)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(124.627)</b>	<b>(58.796)</b>

## 30. DESPESAS DE PESSOAL

	31/03/2023	31/03/2022
Salários	(64.571)	(59.328)
Encargos Sociais Obrigatórios	(21.535)	(19.035)
Benefícios	(19.306)	(16.586)
Participações Estatutárias no Lucro	(7.559)	(7.244)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(1.721)	(1.605)
Treinamento	(386)	(183)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(91)	(71)
Remuneração do Conselho Fiscal	(201)	(71)
<b>Total</b>	<b>(115.370)</b>	<b>(104.123)</b>

### 31. PROVISÕES

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Receitas</b>		
Reversão de Provisões Cíveis	5	16
Reversão de Provisões Fiscais	15.556	-
Reversão de Provisões Outras	176	177
<b>Total</b>	<b>15.737</b>	<b>193</b>
<b>Despesas</b>		
Contingências Trabalhistas	(10.103)	(7.988)
Contingências Cíveis	(1.645)	(1.973)
Contingências Fiscais	(2.008)	(3.246)
Contingências Outras	(81)	(409)
<b>Total</b>	<b>(13.837)</b>	<b>(13.616)</b>
<b>Resultado das Provisões</b>	<b>1.900</b>	<b>(13.423)</b>

### 32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/03/2023	31/03/2022
Contribuição ao Cofins	(17.799)	(16.581)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(4.499)	(4.427)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.921)	(2.718)
IPTU	(253)	(278)
Outras	(637)	(362)
<b>Total</b>	<b>(26.109)</b>	<b>(24.366)</b>

### 33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2023	31/03/2022
Depreciações e Amortizações	(19.101)	(17.033)
Serviços Técnicos Especializados	(11.948)	(8.812)
Processamento de Dados	(11.421)	(8.816)
Segurança e Vigilância	(5.538)	(5.065)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.887)	(5.494)
Comunicação	(3.723)	(2.838)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(4.979)	(2.523)
Transporte	(3.548)	(4.425)
Água, Energia e Gás	(1.713)	(2.078)
Serviços de Terceiros	(3.510)	(2.426)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(1.128)	(880)
Viagens	(368)	(215)
Materiais	(420)	(541)
Aluguéis(1)	(1.272)	(996)
Seguros	(66)	(34)
Contribuições Filantrópicas	(60)	-
Outras Despesas Administrativas	(2.101)	(1.763)
<b>Total</b>	<b>(76.783)</b>	<b>(63.939)</b>

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

**34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS**

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Outras Receitas</b>		
Ganho de Capital	180	230
Recuperação de Encargos e Despesas	168	544
Atualizações Monetárias	4.160	3.877
Depósitos Judiciais	4.160	3.877
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	76	-
Reversão de Provisões Operacionais	3.806	2.583
Receitas de Tombamento	-	9.400
Variações Cambiais Ativas	-	18
Variações Cambiais Inversas	-	148
Outras Receitas Operacionais	535	490
Outras Rendas Não Operacionais	255	330
<b>Total</b>	<b>9.180</b>	<b>17.620</b>
<b>Outras Despesas</b>		
Contribuições ao FGC	(5.218)	(5.063)
Despesas com Cartões	(1.868)	(2.075)
Ressarcimento de Custos	(1.677)	(1.790)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.677)	(933)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(701)	-
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(381)	(222)
Despesa com Processos Cíveis	(59)	(97)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(407)	(337)
Despesa com Regulação de Seguros	(246)	(208)
Variações Monetárias Passivas	(6)	(4)
Variações Cambiais Passivas	(183)	(131)
Variações Cambiais Inversas	(1)	(148)
Outras Despesas Operacionais	(694)	(1.267)
Outras Despesas Não Operacionais	(106)	(102)
<b>Total</b>	<b>(13.224)</b>	<b>(12.377)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(4.044)</b>	<b>5.243</b>

**35. RESULTADO POR AÇÃO**

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de março de 2023 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 44.991 (R\$ 77.799 em 2022), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,14 em 31 de março de 2023 e R\$ 0,25 em 31 de março de 2022.

**36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital Social** - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

**b. Reservas de Lucros** - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

**c1. Reserva Legal** - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

**c2. Reservas Estatutárias** - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

#### d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

**d.1. Dividendos** - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
<b>Base de Cálculo:</b>		
<b>Lucro do Exercício BRGAAP</b>	<b>70.562</b>	<b>81.273</b>
Ajustes conforme Legislação Brasileira	(3.507)	(4.044)
<b>Base de cálculo</b>	<b>67.055</b>	<b>77.229</b>
<b>Total Dividendos e JSCP do Exercício</b>	<b>21.000</b>	<b>19.500</b>

**d.2. Juros sobre o Capital Próprio** - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no exercício findo em 31 de março de 2023 no montante de R\$ 21.000 (R\$ 19.500 em 2022), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 152 (R\$ 141 em 2022), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 20.848 (R\$ 19.359 em 2022), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos trimestres de 2023 e 2022:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2023	21.000	152	20.848	0,066474027
<b>Total Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Período</b>	<b>21.000</b>	<b>152</b>	<b>20.848</b>	<b>0,066474027</b>

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2022	19.500	(141)	19.359	0,061725882
<b>Total Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Período</b>	<b>19.500</b>	<b>(141)</b>	<b>19.359</b>	<b>0,061725882</b>

#### d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 23/03/2020 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 12 de dezembro de 2022, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2023. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES ([www.banestes.com.br/ri](http://www.banestes.com.br/ri)) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

No dia 16 de janeiro de 2023, em consonância com o item 5.2 da Política de Dividendos, foi declarado pelo Conselho de Administração o pagamento intermediário de Dividendos referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor bruto de R\$ 57.000 sendo R\$ 0,180429502 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

### 37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

A partir do segundo trimestre de 2022 a BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	160.471	181.768
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	173.595	100.903
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	2.478.592	2.857.261
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	225.983	375.718
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa - Referenciado IMA	164.911	161.000
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	2.823.748	3.275.697
Fundo de Investimento BANESTES Referencial - Renda Fixa - Referenciado IRF - M1	212.994	345.169
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	224.730	175.704
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	182.083	176.410
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv.	23.865	28.856
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	467.608	525.307
BANESTES VIP DI FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	273.964	304.007
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.279	8.107
BANESTES Estratégia FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa	158.122	158.129
BANESTES FIC de Fundos de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	131.792	142.933
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	10.675	12.510
BANESTES Quotas FUNSES FIC de Fundos de Investimento Multim.	462.456	442.341
BANESTES Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	10.038	20.486
<b>Total</b>	<b>8.192.906</b>	<b>9.292.306</b>

### 38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto> e no endereço <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii/>.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/17, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/17.

No primeiro trimestre de 2023, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam R\$ 3.116 (R\$ 2.835 em 2022). Essas contribuições

são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do Banco, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*déficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

Os exercícios encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2021 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto, não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador em função da definição dada pelo IAS 19 com relação à contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de *superávit*, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do *superávit* apresentado nos planos de benefícios.

### 39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de março de 2023 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 21.000 (R\$ 19.500 em 2022).

Transação	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(19.425)	(64.751)	-	-
<b>Depósitos à Vista (2):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(47.691)	(8.358)	-	-
<b>Depósitos a Prazo (2):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.277.184)	(6.200.848)	(207.643)	(156.003)
<b>Demais Transações (3):</b>				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(224)	(204)
Companhia do Gás de Espírito Santo	24.579	24.691	823	-

(\*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

**a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/03/2023				31/03/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salário ou pró-labore	243	1.431	201	91	188	1.395	71	71
Participação nos resultados	30	126	-	-	29	122	-	-
Benefícios pós-emprego	-	101	-	-	-	98	-	-
<b>Totais:</b>	<b>273</b>	<b>1.658</b>	<b>201</b>	<b>91</b>	<b>217</b>	<b>1.615</b>	<b>71</b>	<b>71</b>

**40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO**

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimonio Líquido		Lucro Líquido	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022
<b>BRGAAP</b>	<b>2.071.977</b>	<b>2.035.292</b>	<b>70.562</b>	<b>81.273</b>
Provisão Perdas Esperadas	(122.747)	(73.160)	(46.004)	(10.138)
Contratos de Arrendamento	(4.555)	(4.232)	(325)	26
Efeito Fiscal	57.130	34.490	21.029	(1.056)
Outros	(241)	30	(271)	7.694
<b>IFRS</b>	<b>2.001.564</b>	<b>1.992.420</b>	<b>44.991</b>	<b>77.799</b>
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	<b>(70.413)</b>	<b>(42.872)</b>	<b>(25.571)</b>	<b>(3.474)</b>

**Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM**

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

**Contratos de Arrendamento**

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

**Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS**

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

**Outros Ajustes**

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

#### 41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 10 de maio de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 10 de maio de 2023.

##### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Maelcio Maurício Soares (Presidente)  
Carla Barreto  
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho  
João Luiz Pereira de Oliveira  
José Amarildo Casagrande  
Marcello Rinaldi  
Marinete Andrião Francischetto  
Sebastião José Balarini

##### **DIRETORIA**

José Amarildo Casagrande (Presidente)  
Alcio de Araujo  
Carlos Artur Hauschild  
Fernando Valli Cardoso  
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi  
Marcos Vinícius Nunes Montes  
Silvio Henrique Brunoro Grillo  
Tasso de Macedo Lugon

##### **CONSELHO FISCAL**

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza  
Davi Diniz de Carvalho  
Eduardo José Zanoteli  
Ivo Murcia  
José Elias Feres de Almeida

##### **COMITÊ DE AUDITORIA**

Christiano Santos Corrêa  
Mário Zan Barros  
Sebastião José Balarini

##### **CONTADOR**

Magno Willian Viana da Silva  
CRC-ES 020.893/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do  
BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo  
Vitória – ES

## Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*,

respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira  
Contador CRC RJ-077911/O-2

## **MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Analizamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 31 de março de 2023, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 10 de maio de 2023

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

Sebastião José Balarini

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 31 de março de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 10 de maio de 2023

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza  
Conselheiro Efetivo

Davi Diniz de Carvalho  
Conselheiro Efetivo

Eduardo José Zanoteli  
Conselheiro Efetivo

Ivo Murcia  
Conselheiro Efetivo

José Elias Feres de Almeida  
Conselheiro Efetivo

## DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 31 de março de 2023 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 10 de maio de 2023

José Amarildo Casagrande  
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo  
Diretor de Relações com Investidores e de  
Finanças